



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

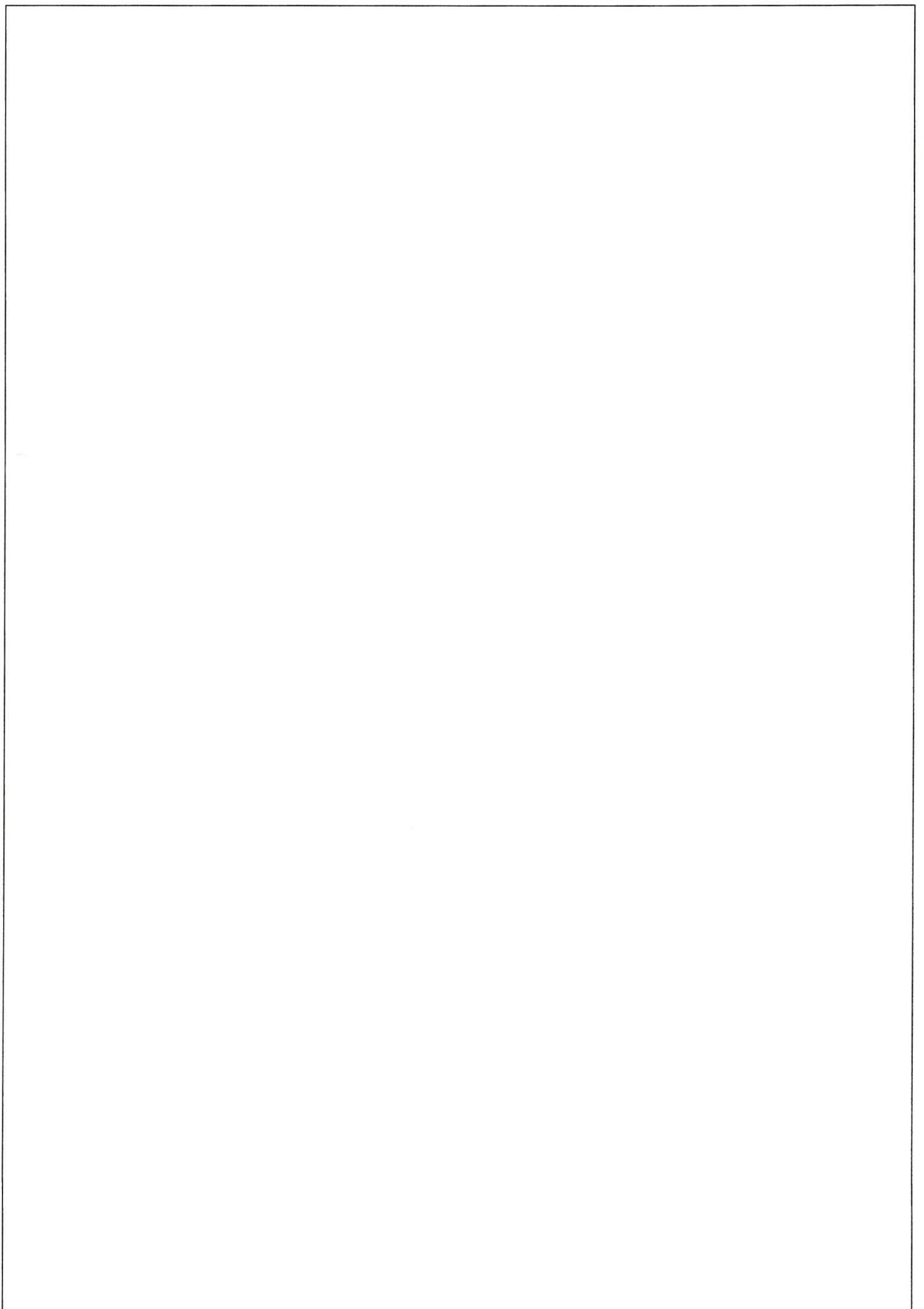
www.paraiba.pb.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

PARAÍBA

2015



PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

Minuta do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado da Paraíba, apresentado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da política pública da Educação de Jovens e Adultos, destinada a população do Cárcere com objetivos de obter recursos financeiros, proposição para obtenção de apoio financeiro, com recursos do Plano de Ações Articuladas e/ou do Fundo Penitenciário Nacional, para ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 .

Paraíba

2015

IDENTIFICAÇÃO

GESTÃO:

ÓRGÃO PROPONENTE: Governo do Estado da Paraíba

CNPJ: 08.761.124/0001-00

Endereço: Praça João Pessoa, S/N-Centro

CEP: 58013-901

Telefone: (83) 3218 4285 (83) 3218 4289

Nome do Responsável: Ricardo Vieira Coutinho

Cargo: Governador do Estado da Paraíba

ÓRGÃOS EXECUTORES:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CNPJ: 08.778.250/0001-69

Endereço: Av. João da Mata, S/N – 1º Bloco – 6º andar/Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015.020

Telefone (83) 3218 4005

Nome do Responsável: Aléssio Trindade de Barros

Cargo: Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CNPJ: 08.778.284/0001-53

Endereço: Av. João da Mata, S/N – 2º Bloco – 4º andar/Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015.020

Telefone (83) 32184468-(83) 32184439

Nome do Responsável: Wagner Paiva Gusmão Dorta

Cargo: Secretário de Estado da Administração Penitenciária

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO:	7
2. CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	10
3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA	20
4. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA	27
4.1 ESPELHO GERAL DO ESTADO	27
4.2 INFORMAÇÃO POR ESTABELECIMENTO PENAL	33
5. GESTÃO	53
5.1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	53
5.2 REGRAS E PROCEDIMENTOS DE ROTINA.....	54
5.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	55
5.4 REGISTROS ESCOLARES	69
5.5 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS.....	71
6. FINANCIAMENTO	72
7. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL	73
8. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	74
9. FORMAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS	79
10. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE:	80
11. CERTIFICAÇÃO	81

12. INFRAESTRUTURA.....	81
13. MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO.....	83
14. REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO	86
15. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	86
16. PLANO DE AÇÃO	87
16.1 META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL.....	87
16.2 META II – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	90
16.3 META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	93
16.4 META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO.....	96
16.5 META V – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA.....	96
16.6 – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO.....	99

1. APRESENTAÇÃO:

O Governo do Estado da Paraíba, dentro do seu compromisso de Governo de não executar políticas de Governo, mas Políticas Públicas de Estado, as Secretarias deverão se organizar em parcerias para a execução das ações que se articulam. E nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Administração Penitenciária elegem a intersetorialidade das políticas públicas integradas para a execução das ações de Educação e formação humana nas unidades do Sistema Prisional.

Na última década os responsáveis pela elaboração de políticas públicas, na gestão do governo federal, por meio do Ministério da Educação vêm investindo na melhoria da educação Básica, no que se refere ao ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, em nosso país. E nessa melhoria se inclui a Educação nas Prisões, assim, foi pensado o I Seminário Nacional pela Educação nas Prisões, no ano de 2006. Foi uma das primeiras providências do Ministério da Educação (MEC-SECADI) e do Ministério da Justiça (DEPEN) em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para contribuir com os Estados no sentido de criar condições e possibilidades para o enfrentamento dos graves problemas que perpassam a inclusão social de privados de liberdade do sistema penitenciário, e com vistas à elaboração de um Plano para a Educação nas Prisões.

Nesse sentido, desde 2005 os dois Ministérios já vinham trabalhando conjuntamente com a UNESCO em torno do Projeto **Educando para a liberdade**, com realização de oficinas em diversos estados como: Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraíba, com a finalidade de discuti-lo, no intuito de conceber estratégias para a oferta de Educação de Jovens e Adultos nas Unidades Prisionais. Isso resultou em uma série de atividades e conquistas no campo da Educação nas Prisões. Oficinas Técnicas, Seminários Regionais, Proposições para a Alteração da Lei de Execução Penal¹, Financiamento de Projetos junto aos Sistemas Estaduais e o próprio fortalecimento das relações entre os órgãos de Governo, responsáveis pela questão no âmbito federal.

¹ A Lei Nº 12.433, de 29 de Junho de 2011 altera os Arts 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para “dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho”, de modo que em seu ART. 126, no item I do § 1º “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias”; e em seu item II “1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho”(AQUINO, 2014, p.17-18). Maiores detalhes no item 14.

E com base nos resultados dessas ações desenvolvidas, os dois Ministérios realizaram um protocolo de Intenções, celebrado em 27.09.2005, fato este, marcante para o avanço governamental, vista o reconhecimento da necessidade de construção de efetiva política pública de educação no contexto prisional. Essa ação política entre os Ministérios foi decisiva para desencadear a construção de novos marcos legais para a condução da garantia do reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas como, **RESOLUÇÃO Nº- 03, DE 11 DE MARÇO DE 2009 do CNPCP**, que “*Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais*” e **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010 do CNE/CEB**, “*Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*”, assim a **LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011**, em favor do reconhecimento da remição da pena pela educação.

A realização das oficinas contribuiu para desenvolver também a parceria nos Estados, que corroborou para a instauração de um trabalho integrado entre a Educação e Administração Penitenciária, envolvendo as Gerências de Educação de Jovens e Adultos ao nível local e a Gerência de Ressocialização, ampliando as relações entre as duas pastas, no que concerne a articulação e sensibilização de gestores envolvidos, para elaboração de um Plano Estadual Pedagógico específico com vistas a garantia do direito à aprendizagem e ao acesso às informações, assegurando diferentes níveis de ensino e formação para o pessoal privado de liberdade e, conseqüentemente, o preparo para uma efetiva reintegração social dessa população.

Dentre os Marcos Legais relacionados à oferta de educação nas prisões, elaborados e divulgados pelos órgãos oficiais, temos também o Decreto Presidencial nº 7626/2011 que instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEEAP), com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta da educação nas prisões, articulada ao trabalho, bem como de promover o estímulo a elaboração de Planos Estaduais de Educação para o Sistema Prisional. Isso porque nos últimos anos, O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) articulada com o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), tem investido junto aos Estados no incentivo a estruturar a educação no âmbito das unidades prisionais, a partir da elaboração de seu Plano Estadual de Educação nas Prisões.

Nessa perspectiva, no Estado da Paraíba foi elaborada, no segundo semestre de 2011, a Minuta de um Plano, em ampla discussão, e posto em ação no período de 2012 a 2014. Para esta

elaboração, foi realizado o I Seminários Estadual de Educação em Prisões, pela Secretaria de Estado da Educação, por meio da Agenda Territorial, articulada com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, em João Pessoa, contando com a participação de profissionais do Sistema Prisional, educadores da educação nas prisões, docentes e discentes de Universidades, Membros dos Conselhos no início do mês de novembro de 2011.

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária também realizou o I Seminário Estadual de Gestão Penitenciária “Novos Paradigmas”, com o propósito de mobilizar os diferentes atores públicos do sistema prisional e representantes da sociedade civil, gestores públicos, profissionais da segurança pública, do sistema penitenciário, estudantes universitários, pesquisadores e professores da área das ciências humanas e sociais para a construção de novo modelo de gestão pública penitenciária.

Com a finalidade de articular a participação da sociedade civil na gestão penitenciária cidadã e na execução de projetos de ressocialização e despertar os profissionais do setor para a importância do papel que desempenham na efetivação da cidadania, o evento procurou discutir diversas temáticas como: Perspectivas da Política Penitenciária; Sistemas Prisionais Contemporâneos e Controle Social; Justiça Restaurativa e Alternativas Penais; Política Pública Carcerária para a população feminina; Sistema Prisional e Combate a Tortura; Políticas Públicas de Trabalho Prisional e Políticas Públicas Estaduais para o Sistema Prisional. É importante destacar ainda que, as temáticas debatidas contribuíram para a reflexão e discussão na elaboração da Minuta do Plano.

Após o período de execução das ações (2012-2014), essa Minuta passou por uma avaliação interna, considerando os avanços e desafios para a partir daí ser aberta nova discussão com a participação de todos envolvidos nas ações, professores e estudantes de universidades, membros da sociedade civil organizada, representante da OAB, e as Secretarias envolvidas na ação para elaboração efetiva do Plano Estadual de Educação nas Prisões, com metas traçadas para o biênio de 2015 e 2016 e 2017

A elaboração desse plano é uma estratégia importante para a implementação da construção de políticas públicas de como planejar coletivamente ações e maneira de implementá-las de forma eficiente para um público específico. Reconhecendo ainda as especificidades das diversas unidades, regimes e sistemas, sua oferta deverá ser em todos os níveis e modalidades, viabilizando a continuidade da escolarização e atendendo a demanda regular das escolas dentro das unidades, garantindo o que aponta a Leila Leal no Seminário Internacional de Educação nas

Prisões¹ “pessoas em situação de cárcere perdem apenas o direito à liberdade, mas continuam a ter todos os outros garantidos” dentre eles, o direito à educação.

Na convicção de que a Educação é um direito de todos², sem distinção, entendida como direito humano que se dará na relação entre outras dimensões como trabalho, saúde e cultura nas prisões, e que a aprendizagem se dá ao longo da vida, respeitando-se o direito de acesso ao saber socialmente acumulado pela humanidade, fazendo da educação um instrumento indispensável à conquista da cidadania, no caso do atendimento a um segmento da população historicamente fragilizado, que compreende a população carcerária, a oferta e acesso a esse direito deverão estar à disposição desse público.

Nesse sentido, vale ressaltar que, os pressupostos para a concepção de educação nas prisões e a implantação de políticas públicas, em linhas gerais, advém das exigências de mudanças pautada nas transformações impelidas à sociedade pela modernização. Necessário se faz estabelecer um processo colaborativo mediado pelo diálogo, capaz de propiciar um aprendizado mútuo, coletivo e esclarecedor de questões sociais vivenciadas em suas particularidades locais. A ênfase se dá não ao indivíduo, nem ao coletivo, mas na possibilidade de interação entre os entes, na troca, no fluxo, na capacidade de se extrair da relação dialógica o saber necessário para conduzir a mudanças.

Na busca de uma avaliação dos planos dos estados, elaborados para o período de 2012 a 2014 e a atualização com a elaboração das metas para o biênio de 2015 a 2016, mais uma vez os Ministérios da Educação e da Justiça, conjuntamente, realizaram o ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE EDUCAÇÃO PRISIONAL, no mês de dezembro de 2014, em Brasília, no qual foram discutidas questões como financiamento, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR/FNDE, estratégias para a ampliação da oferta educacional em todo sistema prisional e trabalhadas novas orientações para a atualização dos planos.

Na Paraíba para essa atualização, foi realizado levantamento dos dados das unidades do Sistema e da educação ofertada para a elaboração do diagnóstico; encontros com os professores; reuniões com as equipes da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Administração Penitenciária; audiências públicas realizadas nos municípios de Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa com a finalidade de ampliar as discussões necessárias à efetivação das ações, aqui tratadas, contando com a participação de educadores, técnicos, pedagogos, Agentes

² Veja-se na p.12 a referência ao art. 205 da CF/88.

Penitenciários, Gestores de unidades prisionais, Gerências Regionais de Educação, Membros de Conselhos, Representante da OAB, pessoas da sociedade civil interessadas na temática.

2. CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS E NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

A Constituição Federal de 1988 consagra como princípio que todas e qualquer educação visem o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, determinando em seu art.208, a educação básica passa a ser direito assegurado a todos os cidadãos, independente da idade da pessoa, transformando-a em “direito público subjetivo”.

Esse direito subjetivo está explícito na referida Constituição, que em seu Artigo 205, determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse percurso dos direitos e da defesa, o artigo 5º da Constituição da mesma Constituição reza “todos são iguais perante a lei”, bem como, o Código Penal, no artigo 38, ao afirmar que “o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade”.

E nesse sentido, a Lei 9394/96 também abriga em seu artigo 4º a obrigatoriedade do ensino fundamental e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria, bem como a universalização do ensino médio. Demandando ainda em seus artigos 37º e 38º a garantia da educação aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio.

A educação é um direito prioritário, fundamental para uma vida humana mais digna, porque o conhecimento e a capacidade de exercício dos direitos de cada indivíduo, assim como a consciência do dever de respeitar o direito dos outros dependem do direito à educação.

Conforme Ireland (2011), a educação é entendida como um instrumento fundamental no desenvolvimento pessoal e social do homem, de forma a prepará-lo para compreender e reagir adequadamente ao ambiente e às circunstâncias na qual está inserido. Daí porque o sentido da

educação encontrar sua significação nesse processo de relacionar o indivíduo com a sociedade, a fim de assegurar o desenvolvimento da personalidade e o bem-estar social.

Com base nesse pensamento, no que se refere à realidade educacional no sistema carcerário, a implementação da educação com atividades apropriadas para a população das unidades prisionais, não é tarefa fácil, por uma série de fatores, como falta de infraestrutura, falta de Agentes penitenciários, dificuldades de oferecer cursos adequados às necessidades específicas dos encarcerados; eventual desinteresse dos próprios presos. Entretanto, essas dificuldades precisam ser superadas, em virtude do benefício que a educação causa na vida dessa população e por consequência, na própria sociedade. Inclusive o mérito de abreviar o tempo da condenação do sujeito, por meio do estudo ou trabalho.

Contudo, ao pensar tais dificuldades é válido lembrar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) carregou por um longo tempo de sua história o paradigma compensatório, ou seja, a ideia de que era necessário suprir as “carências” desses sujeitos com medidas “reparadoras” (IRELAND, 2011). Dentre os desafios a serem superados encontra-se no campo da Educação, superar os altos índices de analfabetismo da população adulta³. Vale ressaltar que essa parcela da população vem das diversas formas de exclusão social produzida pela negação de direitos básicos como alimentação, habitação, educação, saúde, saneamento e trabalho.

Ao longo da história muitas iniciativas foram tomadas como forma de minimizar os índices de analfabetismo. Inicialmente, por meio de campanhas massivas de alfabetização⁴ que foram implementadas, baseadas numa concepção errônea de analfabetismo e de alfabetização. O analfabetismo era visto como uma causa do indivíduo, sendo o homem analfabeto considerado um incapaz que envergonhava a sociedade brasileira. É preciso destacar que as Campanhas realizadas restringiam-se apenas uma alfabetização pautada na codificação e decodificação das letras do alfabeto e a assinatura do nome, por parte do indivíduo. Já no final da década de 1950, Paulo Freire chamava atenção para as causas sociais geradoras do analfabetismo e condicionava a sua eliminação ao desenvolvimento da sociedade.

³ Veja-se : Levantamento de Informações de Penitenciárias (INFOPEN) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

⁴ Destacamos as cinco primeiras campanhas: Campanha de Educação de Adolescentes e de Adultos (1947), Campanha Nacional de Educação Rural (1952), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), Cruzada ABC (1966), MOBREAL (1968).

Entre as décadas de 50 e 70, os esforços governamentais foram direcionados ao combate ao analfabetismo, por meios de campanhas, contudo, as exigências sociais foram demandando rapidamente mudanças no sistema educativo dirigidos aos jovens e adultos. E de modo que, evidencia-se hoje uma demanda na EJA formada por um público cada vez mais heterogêneo, no que diz respeito tanto a idade como às expectativas, de acordo com as necessidades de sua faixa etária. Esse público não se restringe apenas a alfabetização, mas aqueles que não lograram completar o ensino fundamental ou médio e que iniciam ou reiniciam os estudos, já inseridos ou não no mercado de trabalho, ou são atingidos pelo desemprego e que guardam em seu desejo as perspectivas de ingressar na universidade.

O fato da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ter definido o ano de 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização foi de suma importância para discussões sobre o verdadeiro significado da alfabetização. De acordo com Romão (1999, p. 10-11), a UNESCO vem se preocupando com a Educação de Jovens e Adultos e com temas recorrentes e progressivamente mais oportunos e adequados aos problemas levantados em cada época como: universalização da alfabetização, estabelecimento da paz e cooperação internacionais, criação de um espírito genuíno de democracia, aumento das oportunidades de aprendizagem para todos os grupos de idade, promoção da igualdade de gêneros e contribuição ao desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, reconhecidamente, não se pode alcançar os objetivos do desenvolvimento, da igualdade e da paz no mundo sem se pensar na socialização de todos os benefícios da riqueza produzida coletivamente e da cultura criada pelos sujeitos “transindividuais”.

A decisão da UNESCO de mobilizar a opinião pública mundial, no sentido de sensibilizar os países-membros para discussões e tomadas de decisões em relação aos países mais populosos e com maior número de analfabetos, foi tema central da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) realizada em julho de 1997, em Hamburgo/Alemanha. O Brasil posicionava-se, entre os dez países mais populosos, em 7º lugar em analfabetismo mundial.

A partir da Declaração de Hamburgo, a EJA passa a viver um novo momento, um novo tempo, configurando-se numa visão diferenciada de educação para jovens e adultos com ênfase na educação continuada e não mais focada na educação compensatória. Assegurando um direito que as pessoas possuem de estudar e aprender ao longo de suas vidas e considerando os sujeitos que estão situados numa determinada linha histórica de vida, possuindo especificidades próprias. Conforme Declaração de Hamburgo (1997), endossada pelo Marco de Ação de Belém:

A educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as da sua sociedade.

Para tanto, o tipo de educação ofertado para os privados de liberdade está diretamente ligada à educação de jovens e adultos⁵- EJA, por conter particularidades próprias deste público, exigindo tratamento específico que estabeleça processos e tempos de ensino, assim como conteúdos e metodologias que considere o perfil do aluno, suas formas de relacionar-se com o mundo, com os conhecimentos e de atuar e viver na sociedade.

É a partir do reconhecimento das diferentes características do público da Educação de Jovens e Adultos, que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) tem procurado atuar, criando condições para a oferta diferenciada, segundo a especificidade do público. É nesse contexto que o Ministério da Educação e Ministério da Justiça firma parceria com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no reconhecimento da população prisional como mais um público específico que exige medidas para inserção educacional urgentes. O primeiro passo para esse reconhecimento foi uma grande mobilização pelos dois Ministérios no sentido de sensibilizar os entes federados a adesão dos programas, projetos e ações que contribuam para a educação nas prisões, superando a configuração de uma oferta de educação tímida e fragmentada.

É nesse sentido que a concepção da EJA, aqui sustentada, não se define pelo espaço em que é oferecida, mas pelas características dos sujeitos a quem ela se destina, ao permitir a inclusão daqueles que só podem estudar no ambiente da unidade prisional e ao dar condições de igualdade e de promoção da cidadania, pela garantia do direito a educação com o reconhecimento da formação humana, dos direitos humanos, sejam homens ou mulheres. E no âmbito do campo de atuação metodológica, a superação da fragmentação curricular é posta como desafio para toda equipe de professores, a fim de construir novos conhecimentos para refletir sobre o viver desse povo e nele intervir.

⁵ A educação de jovens e adultos atende a modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio a partir de ciclos. Sobre essa peculiaridade, veja-se: Conselho Nacional de Educação, em Parecer 11/2000, de autoria do Conselheiro Jamil Cury e Lei 9394/96.

A educação na prisão é, antes de tudo, um direito e não um privilégio. Sabe-se que, enquanto direito universal, a educação básica se constitui no alicerce para o acesso aos demais direitos sociais, que seja a saúde, participação social e política e mesmo para a liberdade. O privado de liberdade, por sua vez, ao sofrer as punições estabelecidas na lei penal, perde os seus direitos de mobilidade. No entanto, é preciso resguardar a estes sujeitos os direitos de dignidade, respeito e educação. Uma vez recluso, o sujeito passa a ser alvo direto do processo de julgamento e dos mais diversos preconceitos sociais. Inclusive, nesta situação, até mesmo a oferta da educação para esses sujeitos é promovida de forma restrita. Assim sendo, ao ser pensada e praticada de fato, enquanto direito, a educação no ambiente prisional, deve-se considerar como salienta Marc Maeyer (2009, p.42), "um conteúdo em contradição com a aprendizagem informal da prisão e com as mensagens transmitidas pelos colegas e pela televisão".

Nessa perspectiva, no ambiente educacional, a aprendizagem, o diálogo e a problematização são princípios pedagógicos fundamentais, na construção de elementos para a compreensão de uma sociedade atual crítica, compreendendo as causas das desigualdades e injustiças, e, concomitantemente, essenciais para a possibilidade de construir novas relações humanas no trabalho, atividade básica para a subsistência do ser humano; e na vida, fundamentando-se nos princípios da sustentabilidade, solidariedade, criticidade e criatividade (Coleção Cadernos de EJA, 2007), baseando-se nos eixos norteadores da educação: identidade, cultura, cidade, campo, comunicação, tecnologia, cidadania e trabalho; articulados numa teia de áreas de conhecimentos interdisciplinares, para que os educandos possam, como diz o Relatório Delors (1996), aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, e acrescentamos aprender a empreender.

Diante de tal realidade, o Brasil passou a desenvolver um conjunto de ações que requer um esforço nacional, com responsabilidade partilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil organizada, no sentido de erradicar o analfabetismo em dez anos e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional da população acima de 15 anos, conforme objetivos e meta 9 preconizados do Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014.

E nesse sentido, as discussões em âmbito mundial postulam à Educação de Jovens e Adultos um caráter de “Educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade” (PARECER 11/2000). O caráter permanente traz como base o sentido incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares, que

propicie a todos a atualização de conhecimento por toda a vida, para além da alfabetização. Essa tarefa é a função permanente da EJA, compreendida por qualificadora. Daí a necessidade de se reconhecer que os termos “jovens e adultos, acrescidos de idosos” indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, desenvolver-se e constituir conhecimentos, habilidades e competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si, ao empoderamento pelo conhecimento, e ao conhecimento do outro como sujeito.

Embora, passados 14 anos desde o último Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil ainda permanece, em seu cenário, com uma grande população de jovens e adultos analfabeta 8,3% (PNAD/IBGE 2013). No início do terceiro milênio, sob um governo federal, acompanhado por governos estaduais comprometidos com a redução das acentuadas desigualdades sociais, que caracterizam o país, a economia nacional iniciou uma trajetória ascendente, ampliando a demanda por recursos humanos qualificados.

Nesse contexto, do ano de 2003 para cá o Governo Federal redefine a posição da educação de jovens e adultos na agenda política da administração federal, com a criação e institucionalização do programa de alfabetização Brasil Alfabetizado e de outros programas de elevação de escolaridade, tais como o Projovem⁶ (Programa Nacional de inclusão de Jovens), Pronera (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária), e Pronacampo (Programa Nacional de Educação do Campo), depois Projovem Campo-Saberes da Terra, desenvolvidos em parceria com governos estaduais, municipais, universidades e sociedade civil.

Assim sendo, por meio de transferência de recurso, o Governo Federal passou a incentivar a adesão dos Estados, dos Municípios, das instituições sociais a programas de sua iniciativa, garantindo a transferência de recursos financeiros necessários para a execução dos programas, considerando os gastos por aluno, de acordo com o programa. São recursos que vem substancialmente somar com os recursos investidos pelos estados, municípios e instituições de cunho social, no sentido de beneficiar a população que necessita desses serviços.

A VI CONFINTEA ocorrida em dezembro de 2009, em Belém/Brasil, acentuou os esforços, no âmbito nacional e internacional, na busca de reverter à situação adversa do analfabetismo no mundo, que, diante de uma sociedade caracterizada cada vez mais pela adoção de novas tecnologias nos processos de produção e no âmbito das próprias práticas e relações

⁶ Estão sendo executados no Estado da Paraíba: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Prisional.

sociais, repousa em seu bojo também a exclusão à participação no cenário das populações pobres e analfabetas. Contudo, o esforço que a VI CONFINTEA representa, somente se justifica na melhoria de acesso a processos de educação e aprendizagem de jovens e adultos, de qualidade e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos.

É nesse sentido, que o documento **Marco de Ação de Belém** (2009) entende que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos, seguindo no Brasil as recomendações trazidas pelas Agendas Territoriais na direção de integrar as ações da alfabetização com as da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, inclusive seu oferecimento nas prisões para todos os níveis.

Portanto, os acolhimentos do princípio da dignidade da pessoa humana, em especial, no âmbito da execução das penas no Brasil, elevaram o preso à condição de sujeito de direitos, e assim sendo, salvo as restrições peculiares e inerentes ao instituto da prisão, devem ser resguardados aos prisioneiros todos os direitos e garantias decorrentes de sua humana condição. O Sistema Penitenciário brasileiro possui uma legislação que assegura direitos que representa um esforço na busca da ressocialização. Destacam-se dentre ela:

- LEI DE EXECUÇÕES PENAIS (LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984) (ARTIGOS 10, 17, 126): “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade; A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado; O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”.
- RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1994 DO CNPCP (ARTIGOS 38 e 41): que assegura “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso” bem como determina que “Os estabelecimentos prisionais contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdo informativo, educativo e recreativo, adequados à formação cultural, profissional e espiritual do preso”.
- PARECER 11/2000 do CNE/CEB - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos Os Estados – Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuita a todos; a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária, técnica e profissional deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito.
- RESOLUÇÃO Nº- 03, DE 11 DE MARÇO DE 2009 DO CNPCP - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. (ARTIGO 2º): “As ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal, devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.

- RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010 DO CNE/CEB - Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. (ARTIGO 2º): “As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança”. E no que tange aos docentes que trabalham nas unidades prisionais com essa população, como Educadores, gestores e técnicos “deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal” (Art. 11); Bem como os responsáveis pelas políticas da Educação em Prisões deverão atentar para o que trata o § 1º desse Artigo, “Os docentes que atuam nos espaços penais deverão ser profissionais do magistério devidamente habilitados e com remuneração condizente com as especificidades da função”.

Nesse sentido, não podemos omitir também a importância de determinados cuidados com a saúde desses profissionais, que lidam diretamente com essa população, em ambientes insalubres, susceptíveis a contaminação por vírus e bactérias, portadas pelos privados de liberdade, algumas vezes, por exemplo, contaminados pelo *bacilo de koch (tuberculose)*. Como prevenção, é necessário garantir a inclusão desses profissionais no Programa Nacional de Imunização (PNI), dentro dos Grupos Vulneráveis e a oferta de campanhas que orientem e incentivem sobre a importância da vacinação a luz da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 61 de 25 de agosto de 2008 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

As ações transitadas no âmbito das reformas educacionais no Brasil, somadas ao compromisso político e social de todas as instâncias envolvidas no processo de efetivação das políticas que visam à universalização do ensino, hão de contribuir para os avanços no campo da EJA, no sentido de possibilitar a minimização das desigualdades sociais, viabilizando uma educação permanente e continuada como demanda da contemporaneidade a todos os cidadãos, incluindo a população privada de liberdade, que ao ter a sua liberdade privada, não tem seus direitos privados à educação. São pessoas que tem o direito de se sentirem sujeitos ativos, participativos e crescer culturalmente para uma reinserção social e econômica.

3. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA

O Governo do Estado da Paraíba por meio da Secretaria de Educação, em parceria com a antiga Secretaria de Interior e Justiça, hoje, Secretaria de Administração Penitenciária vem há mais de vinte anos desenvolvendo ações educacionais junto à população carcerária. Eram ações

isoladas e não institucionalizadas na penitenciária do Roger, inicialmente organizada como Ensino Supletivo Especial. As atividades se resumiam a preparação para os exames Supletivos. Com objetivo de melhorar o comportamento dos estudantes, a equipe de educadores desenvolviam também atividades pedagógicas de projetos de apoio psicológico através de dinâmicas de grupos e relações humanas, técnicas psicoterápicas de atendimento individual e em grupo; relaxamento e musicoterapia com professores de Educação Artística que exploravam a parte corporal e intelectual dos alunos, estimulando a capacidade artística com leitura de textos e montagens de peças teatrais. E os professores de Educação Física desenvolviam trabalhos na área de esporte com as modalidades: Aeróbica, futebol de campo, voleibol e atletismo.

O Sistema Penitenciário no Estado da Paraíba, não difere muito da realidade de outros Estados Brasileiros. Afirmativa comprovada a partir das reflexões dos participantes do I Encontro Estadual de Educação em Prisões, realizado nos dias 03 e 04 de novembro de 2011, onde cerca de 100 participantes, entre profissionais do Sistema Penitenciário, Professores e Gestores, Membros do Conselho de Direitos Humanos, Professores do Núcleo de Direitos Humanos da UFPB, Professores e alunos da Universidade, participaram de palestras, debates e de grupos de trabalho.

A realização do I Encontro Estadual de Educação em Prisões, dentro do marco da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba e da discussão em torno da implementação das ‘Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais’, aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).

Os participantes do I Encontro Estadual, educadores e operadores da execução penal, debateram em mesa redonda as temáticas “*As Políticas educacionais para o Sistema Prisional*” ; “Educação em prisões, enquanto direitos e dever social”; *Educação, trabalho e Qualificação Profissional*”; “*As Diretrizes Nacionais de Educação para o Sistema Prisional: Perspectivas e Desafios*”; “*O currículo e suas interfaces no contexto da Educação em prisões*, com o objetivo de firmar um compromisso social para fortalecer a oferta sistemática de educação de jovens e adultos (EJA) de qualidade nos estabelecimentos penais do Estado, bem como para levantar subsídios para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões.

Ainda dentro das Diretrizes Nacionais, o Encontro objetivou colocar em discussão, temáticas voltadas para a educação e o mundo do trabalho, leitura e biblioteca como espaço de aprendizagem, formação do educador e do agente, e educação e cultura, dentro do espírito da

aprendizagem e da educação ao longo da vida como direito de todos os jovens e adultos. As temáticas foram discutidas em Grupos de Trabalhos (GTs):

- G1 - A Educação no Sistema Prisional: Avanços e Desafios.
- G2 - A Educação, cultural, trabalho e diversidade no Sistema Prisional.
- G3 - Concepção e princípios Metodológicos para Educação e Prisões.
- G4 - Implementação de bibliotecas no Sistema Prisional: A importância da leitura.
- G5 - Gênero, Raça e Sexualidade no Sistema Prisional: uma questão de cidadania.

Com a discussão calorosa nos GTs, tivemos os seguintes desafios a serem superados no Sistema Prisional a partir de 2012.

- a) Precarização de estrutura nas salas de aula existentes nas diversas unidades prisionais;
- b) Falta de capacitação específica para os professores que atuam na educação prisional;
- c) Ausência de critérios e protocolos unificados para a seleção dos presos a serem contemplados com a educação prisional;
- d) Irregularidade no quantitativo de aulas por semana;
- e) Falta de documentação pessoal dos alunos-presos para efeito de inscrição em exames de certificação;
- f) Descontinuidade administrativa na gestão das unidades prisionais;
- g) Ausência de número suficiente de salas de aula;
- h) Necessidade da designação de agentes penitenciários específicos para as atividades de educação na prisão;
- i) Ausência de merenda escolar;
- j) Ausência de formação específica na temática da educação prisional para os agentes penitenciários;
- k) Falta de uma metodologia específica para a educação prisional;
- l) Ausência de bibliotecas nas unidades prisionais;
- m) Infantilização do material didático.

Após a realização do Encontro, já em 2012, e levantamento das unidades com visitas *in loco* a Secretaria de Estado da Educação (SEE) passa a reestruturar a educação no sistema, implantando salas de aulas com ensino de alfabetização, fundamental e médio, dependendo dos espaços existentes nas unidades, com atendimento nos três turnos (manhã, tarde e noite), quando autorizado pela Unidade.. Além das aulas regulares se mantém na estrutura da Educação de Jovens e Adultos, o atendimento nas unidades prisionais aos apenados e apenadas, com a realização dos Exames de certificação, ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e ENCCEJA, SUPLETIVO, assegurando aos privados de liberdade a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos.

Como fruto de uma parceria entre a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, FECOMÉRCIO/SENAC e FIEP/SENAI, foram desenvolvidos mais de 20 cursos de qualificação profissional nos diversos estabelecimentos prisionais do Estado, entre 2012 e 2014.

Dentre os cursos ministrados destacam-se: Curso de Confeccionador de Bolas de Couro, Curso de Instalador Hidro Sanitário, Curso de Impressor Serigráfico, Curso de Operador de Micro, Curso de Instalador Elétrico Residencial, Curso de Confeiteiro de Pizza, Curso de Cortes Avançados Masculino, Curso de Manicure e Pedicure, Curso de Preparação de Doces e Salgados. Ao todo, foram em média mais de 700 pessoas contempladas, incluindo o gênero masculino e o feminino.

Observa-se que nos presídios prevalece o gênero masculino. Porém, nos últimos anos pesquisas tem mostrado que o número de mulheres nas prisões, sobretudo jovens está crescendo. Em 2006, por exemplo, a porcentagem de presidiária do Estado da Paraíba que era de quatro por cento, passou para cinco por cento em 2007, e em 2008 chegou a seis por cento. Essa porcentagem é maior, proporcionalmente, se comparada à população masculina. O trafico de drogas é a maior causa das entradas das mulheres nos presídio. Muitas são as que levam, guardam e até vendem em obediência aos seus companheiros. A maioria é jovem entre 21 a 28 anos, com o ensino fundamental incompleto.

Considerando os estudos realizados, foi traçado o Plano de Atividades estratégicas para ser trabalhado a partir de 2012:

- Mapeamento das atividades de educação em prisões em todos os estabelecimentos prisionais do Estado;

- Criação de Banco de Dados de Educação em Prisões, contendo informações acerca do perfil do aluno, infra-estrutura das salas de aula, material didático utilizado e perfil dos professores;
- Financiamento para a realização de Curso de Capacitação Continuada em Educação em Prisões para os professores, gestores das unidades e agentes públicos envolvidos com o tema, oriundos do Plano de Ações Articuladas (PAR) da Secretaria de Estado da Educação;
- Planejamento do II Seminário Estadual de Educação em Prisões para avaliar as ações desenvolvidas.
- Realização de oficinas bimestrais de Planejamento Pedagógico e Plano de Aulas em cada Regional de Ensino;
- Estudos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico Unificado para as escolas da prisão;
- Realização de Encontros Territoriais para elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões;
- Elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões;
- Instalação de 20 bibliotecas/sala de Leituras nos estabelecimentos prisionais do Estado;
- Instalação de laboratório de informática nos estabelecimentos prisionais do Estado
- Ampliação da oferta do atendimento de alfabetização
- Implantação do ensino básico de EJA ao profissional (PROEJA), nas unidades maiores, contemplando, João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.
- Implantação do Projovem

Dentre as ações estabelecidas para o andamento do trabalho contamos com:

- Visita às Unidades Prisionais para levantamento da realidade educacional de cada uma.
- Realização de diagnóstico da demanda das unidades prisionais por nível de escolaridade.
- Realização de pequenos encontros de Educação em Prisões no Estado da Paraíba para educadores, gestores de unidades, agentes e pesquisadores interessados na temática, com objetivo de fortalecer a Educação em Prisões e discutir temáticas para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões.
- Expansão do oferecimento da escolaridade nas unidades prisionais, da alfabetização ao ensino médio, pela Rede Estadual (implantação de salas de aula com carteiras, quadros e material didático para os alunos).
- Semana de atividades pedagógicas diversificadas, para sensibilização e estimulação a escolaridade.
- Comemoração do mês da mulher no presídio feminino com diversas atividades: realização de oficinas diversas, concurso literário, sorteios, exibição de filmes.
- Implantação de laboratório de informática no Presídio Hitler Cantalice (Média).
- Formação continuada em serviço, tendo como base as sessões de planejamento, para os educadores quinzenalmente;
- **Participação dos professores no Prêmio Mestre da Educação com inscrição de projetos pedagógicos e participação do Prêmio Escola de Valor, por meio de integração nas atividades dos projetos realizados no Centro de educação de Jovens e Adultos Antônio Severino de Sousa.**
- **Culminâncias dos Eixos Temáticos da Educação de Jovens e Adultos nas unidades prisionais;**
- **Criação da Banda Novos Horizontes com alunos da Unidade Prisional Desembargador Silvio Porto;**
- **Matriculas de alunos do ensino fundamental I, fundamental II e médio- modalidade EJA;**
- **Implantação do Projovem Prisional nas Unidades Prisionais Silvio Porto, Hitler Cantalice, Flóscolos da Nóbrega (Roger), Centro de Reeducação Júlia Maranhão, Geraldo Beltrão, Presídio Padrão de Santa Rita, Penitenciária Padrão de Campina Grande, Raimundo Asfora- Serrotão- Campina Grande, Presídio Padrão João Bosco**

Carneiro e Vicente Claudino Pontes (Guarabira), Presídio Padrão de Cajazeiras, Colônia Penal Agrícola de Sousa.

- **Assistência e acompanhamento contínuo ao Programa de Alfabetizado Ler, Entender e Fazer, em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado;**
- **Aplicações de Exames de Certificação (ENEM e ENCCEJA) e Estadual;**

Algumas ações foram programadas para serem desenvolvidas no Sistema Prisional com recursos oriundos do Plano de Ações Articuladas – **PAR (RECURSOS DO MEC)**.

- Elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões em consonância com a Política do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação
- Formação Continuada das equipes que atuam na Educação em Prisões
- Aquisição de Acervo bibliográfico, contemplando vários tipos de livros para as unidades prisionais.

Para execução das ações de educação traçadas a serem desenvolvidas nas Unidades Prisionais, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, que conta com a sua Gerência de Ressocialização, procuramos vencer algumas dificuldades, e que não são poucas, na busca de implementação de Políticas Públicas capazes de proporcionar melhor qualidade na educação, que incidira na qualidade de vida para os apenados, considerando os problemas de superlotação carcerária, ociosidade, a morosidade da justiça, a formação dos profissionais responsáveis pela execução penal e a desqualificação profissional da população prisional, bem como o elevado número da população carcerária com baixo índice de escolaridade e falta de espaços (salas de aulas) suficientes para o atendimento com as ações da educação.

A aproximação entre as pastas da Educação e da Administração Penitenciária, contando com o apoio do Governo Federal, representado pelo Ministério da Justiça e Ministério da Educação, viabiliza uma oferta de educação nas unidades prisionais, coordenada e com bases conceituais mais precisas para o trabalho da educação destinado a população carcerária, com o entendimento não apenas de ampliar a oferta da educação, mas de promover uma educação que contribua para restabelecer a autoestima e para a reintegração posterior do indivíduo à sociedade,

bem como para atender a finalidade social da educação que é realização pessoal, exercício da cidadania e preparação para o trabalho, e considerando a busca de um resultado, que é de melhor formação da população com aumento escolaridade básica e qualificação profissional, aumento da autoestima e humanização, diminuição de reincidência dos presos que cumprem suas penas e recebem de volta o direito ao convívio social.

A construção deste plano se constitui como elemento básico para a elaboração de uma política pública integrada e colaborativa, marco que aponta para um novo paradigma de ação, no tocante a Educação de Jovens e Adultos e Administração Penitenciária, contemplando a população prisional nas políticas oficiais do Estado brasileiro, na educação de jovens e adultos, como a modalidade específica para o atendimento adequado a esse público e a definição de parâmetros que pautem maior qualidade que atendam as necessidades dos alunos, considerando os aspectos formais dos conteúdos e o nível de maturidade dos alunos para uma nova perspectiva social, quando conta com uma sociedade que infelizmente ainda não está preparada para receber esse público, que busca a sua reinserção para a reconstrução de uma nova história, num espaço que era seu e que procura reconquistá-lo.

4. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA

4.1 ESPELHO GERAL DO ESTADO

1. Estabelecimentos Penais

QUANTIDADE DE ESTABELECEMENTOS PENAIS	QUANTIDADE	OFERTA DE EDUCAÇÃO
PENITENCIARIAS	19	17
COLÔNIAS AGRÍCOLAS, INDÚSTRIAS	01	01
CASAS DE ALBERGADOS	00	00
CADEIAS PUBLICAS/CENTRAL DE TRIAGEM	58	22
HOSPITAIS DE CUSTODIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	01	01
PATRONATO	---	---
TOTAL	79	41

(*) INFOPEN Dezembro/2014

2. População Carcerária

QUANTIDADE DE PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	QUANTIDADE
REGIME FECHADO - PRESOS PROVISÓRIOS	3.476
REGIME FECHADO – PRESOS SENTENCIADOS	4.304
REGIME SEMIABERTO	1.185
REGIME ABERTO	549
MEDIDA DE SEGURANÇA – INTERNAÇÃO	100
MEDIDA DE SEGURANÇA - TRATAMENTO AMBULATORIAL	00
TOTAL	9.614

(*) INFOPEN Dezembro/2014

3. População Carcerária

REFERÊNCIA – CRIANÇAS EM COMPANHIA DA MÃE NOS ESTABELECIMENTOS FEMININOS	QUANTIDADE
PENITENCIÁRIA MARIA JÚLIA MARANHÃO (JOÃO PESSOA)	7 Gestantes e 3 Lactantes
PRESÍDIO FEMININO DE PATOS	2 Gestante e 1 Lactantes
PRESÍDIO FEMINICO CAMPINA GRANDE	2 Gestante e 3 Lactantes
COLÔNIAS AGRÍCOLAS, INDÚSTRIAS	0
CASAS DE ALBERGADOS	0
CADEIAS PÚBLICAS	0
HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO (INSTITUTO DE PSIQUIATRIA FORENSE)	0
TOTAL	11 Gestantes e 07 Lactantes

4. População Carcerária

REFERÊNCIA – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE	EM SALA DE AULA
PRESOS PROVISÓRIOS	12	0
REGIME FECHADO	31	3
REGIME SEMIABERTO	11	0
REGIME ABERTO	8	0
TOTAL	62	03

(*) INFOPEN Dezembro/2014

5. Agentes Penitenciários

VÍNCULO TRABALHISTA	QUANTIDADE
CONCURSADOS	1.824
EFETIVOS	1.936
ESTATUTÁRIOS NÃO ESTÁVEIS	00
TERCERIZADOS/TEMPORÁRIOS	117
CARGOS COMISSIONADOS	154
TOTAL	4.031

ESCOLARIDADE DOS AGENTES	QUANTIDADE
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	09
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	02
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	04
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1.377
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	00
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	522
ACIMA DE SUPERIOR COMPLETO	15
TOTAL	1.929

*RH SEAP Dezembro/2014

5. Educadores

COORDENADORES PEDAGÓGICOS/PEDAGOGOS	QUANTIDADE					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CONCURSADOS	01	01	01	01	02	02
TERCEIRIZADOS	08	13	14	15	16	16
CARGOS COMISSIONADOS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9	14	15	16	18	18

PROFESSORES	QUANTIDADE					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CONCURSADOS	40	40	40	40	50	50
TERCEIRIZADOS	38	47	65	95	100	105
CARGOS COMISSIONADOS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	78	87	105	135	150	155

7. Informações Adicionais

UNIDADES PRISIONAIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017
VAGAS DE ENSINO OFERTADAS	1278	1716	1878	2007	2103	2203
SALAS DE AULA	22	35	39	41	45	50
BIBLIOTECA/SALAS DE LEITURA	8	11	11	20	20	25
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01	01	01	01	10	15
SALAS EQUIPADAS PARA EAD	00	00	00	00	10	15
ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTES	22	22	22	22	25	30

8. Perfil Educacional dos Presos

NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ANALFABETO	1287	13,38 %
ALFABETIZADO	1707	17,76 %
ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE	2570	26,73 %
ENSINO FUNDAMENTAL 5ª A 8ª SÉRIE	2240	23,30 %
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	688	7,16 %
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	628	6,53 %
ENSINO MÉDIO COMPLETO	438	4,56 %
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	35	0,36 %
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	21	0,22 %
TOTAL	9614	

(*) INFOPEN Dezembro/2014

9. Oferta de Educação

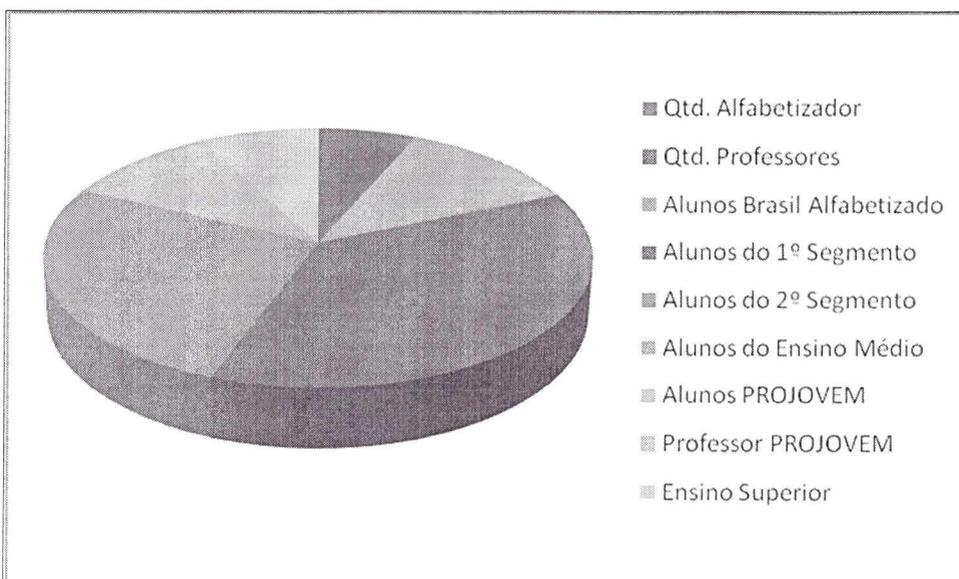
NÍVEL	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ALFABETIZAÇÃO	260	12,95%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)	609	30,34%
ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)	569	28,35%
PROJOVEM	150	7,47%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	222	11,06%
ENSINO SUPERIOR	04	0,19%
TOTAL	2007	

(*) Presos Custodiados pela SUSIPE (AGOSTO/2014).

10. Relação entre a demanda educacional e a oferta

NÍVEL	DEMANDA	ATENDIMENTO	PERCENTUAL DE COBERTURA
ALFABETIZAÇÃO	1132	260	22,97%
ENSINO FUNDAMENTAL	4210	1521	36,1%
ENSINO MÉDIO	666	222	33,33%
ENSINO SUPERIOR	251	04	1,59
TOTAL	6259	2007	32%

UANTIDADE DE PROFESSORES A ALUNOS EM 2015								
Qtd. Alfabetizador	Qtd. Professores	Alunos Brasil Alfabetizado	Alunos do 1º Segmento	Alunos do 2º Segmento	Alunos do Ensino Médio	Alunos PROJOVEM	Professor PROJOVEM	Ensino Superior
20	120	260	802	569	222	150	14	4



11. Oferta de Educação Não-Formal

2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Auxiliar de Cozinha	Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	19
Garçom	Presídio Regional do Serrotão	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Cabeleireiro Assistente	Presídio Regional Feminino de Campina Grande	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Auxiliar de Cozinha	Presídio Padrão João Bosco Carneiro	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Garçom	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Garçom	Colônia Agrícola Penal de Sousa	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Cabeleireiro Assistente	Cadeia Pública de Cajazeiras Feminino	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	18
Cozinha Básica	PB. 1- Jacarapé	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Informática Básica	Presídio Regional do Serrotão	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Cozinha Básica	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	19
Cozinha Básica	Presídio Padrão de Catolé do Rocha	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	17
Técnicas Básicas de Garçom	Presídio Padrão Cajazeiras	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	21
Cozinha Básica	Presidio Regional de Sapé	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20

Continuação 2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Cozinha Básica	Presídio Padrão Santa Rita	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	CEHAP	IFPB	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	17
Aplicador de Revestimento Cerâmico	Presídio de Segurança Média de Mangabeira "Hitler Cantalíce"	IFPB	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	9
Serigrafia	Presídio Regional do Serrotão	FIEP/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	70
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Cajazeiras	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Catolé do Rocha	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Confeccionar de bolas esportivas	Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Confeccionar de bolas esportivas	Colônia Agrícola Penal de Souza	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Produção de bonecas de pano	Presídio Regional Feminino de Campina Grande	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	12
Artesanato em Renascença	Presídio Regional Feminino de Patos	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	15
Desenvolvimento Pessoal	Penitenciária de Segurança Média Hitler Cantalício	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	8
Vendas	Penitenciária de Segurança Média Hitler Cantalício	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
TOTAL				541

2014

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Curso de Agente de Limpeza e Conservação	FUNESC	PRONATEC/SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Curso de Confeccionador de Bijuteirias	Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão	PRONATEC/SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Curso de Encanador/Instalador Predial	Penitenciária PB1	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	36
Curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	36
Curso de Costureiro Industrial	Penitenciária Feminina de Campina Grande	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	30
Curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico	Penitenciária Geraldo Beltrão	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	33
TOTAL				167

12. Oferta de Sala de Leitura/Biblioteca

	QUANTIDADE
Biblioteca	08
Sala de leitura	12

B) INFORMAÇÃO POR ESTABELECIMENTO PENAL

13 - PERFIL EDUCACIONAL DOS PRESOS

ESTABELECIMENTO PENAL		TOTAL DE APELADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª A 4ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª A 8ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO			
			Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
1	Cadeia Pública de Alagoa Grande	34	6	17,65%	4	11,76%	10	29,41%	10	29,41%	1	2,94%	1	2,94%	2	5,88%	0	0%	0	0%	0	0%
2	Cadeia Pública de Alagoa Nova	28	6	21,43%	7	25,00%	6	21,43%	8	28,57%	0	0,00%	0	0,00%	1	3,57%	0	0%	0	0%	0	0%
3	Cadeia Pública de Alagoinha	21	5	23,81%	5	23,81%	6	28,57%	3	14,29%	2	9,52%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
4	Cadeia Pública de Alhandra	15	4	26,67%	3	20,00%	7	46,67%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,67%	0	0%	0	0%	0	0%
5	Cadeia Pública de Aratama	28	9	32,14%	9	32,14%	6	21,43%	0	0,00%	1	3,57%	2	7,14%	1	3,57%	0	0%	0	0%	0	0%
6	Cadeia Pública de Areia	52	18	34,62%	9	17,31%	9	17,31%	10	19,23%	2	3,85%	3	5,77%	1	1,92%	0	0%	0	0%	0	0%
7	Cadeia Pública de Açoiteiras	19	3	15,79%	0	0,00%	6	31,58%	7	36,84%	1	5,26%	2	10,53%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
8	Cadeia Pública de Bananeiras	8	2	25,00%	2	25,00%	2	25,00%	2	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
9	Cadeia Pública de Barra de Santa Rosa	5	2	40,00%	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
10	Cadeia Pública de Bayeux	122	39	31,97%	5	4,10%	22	18,03%	23	18,85%	11	9,02%	15	12,30%	7	5,74%	0	0%	0	0%	0	0%

PERFIL EDUCACIONAL DOS PRIVADOS DE LIBERDADE - PB

ESTABELECIMENTO PENAL	TOTAL DE APENADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª-4ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª-8ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO			
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
11 Cadeia Pública de Belém	46	10	21,74%	8	17,39%	12	26,09%	5	10,87%	4	8,70%	4	8,70%	3	6,52%	0	0%	0	0%	0	0%
12 Cadeia Pública de Bonito de Santa Fé	28	10	35,71%	6	21,43%	4	14,29%	3	10,71%	3	10,71%	1	3,57%	1	3,57%	0	0%	0	0%	0	0%
13 Cadeia Pública de Boqueirão	39	11	28,21%	12	30,77%	3	7,69%	4	10,26%	1	2,56%	5	12,82%	2	5,13%	0	0%	0	0%	1	3%
14 Cadeia Pública de Brejo de Cruz	15	8	53,33%	3	20,00%	1	6,67%	3	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
15 Cadeia Pública de Caçara	13	3	23,08%	1	7,69%	3	23,08%	4	30,77%	0	0,00%	0	0,00%	2	15,38%	0	0%	0	0%	0	0%
16 Cadeia Pública de Cajazeiras	111	23	20,72%	31	27,93%	18	16,22%	21	18,92%	7	6,31%	6	5,41%	5	4,50%	0	0%	0	0%	0	0%
17 Cadeia Pública de Catolé do Rocha	18	2	11,11%	0	0,00%	6	33,33%	10	55,56%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
18 Cadeia Pública de Conceição	39	13	33,33%	3	7,69%	5	12,82%	7	17,95%	2	5,13%	7	17,95%	2	5,13%	0	0%	0	0%	0	0%
19 Cadeia Pública de Coremas	22	2	9,09%	5	22,73%	2	9,09%	7	31,82%	2	9,09%	0	0,00%	3	13,64%	1	5%	0	0%	0	0%
20 Cadeia Pública de Cruz do Esp. Santo	33	9	27,27%	7	21,21%	6	18,18%	4	12,12%	2	6,06%	1	3,03%	3	9,09%	1	3%	0	0%	0	0%
21 Cadeia Pública de Cuité	59	8	13,56%	1	1,69%	23	38,98%	15	25,42%	5	8,47%	7	11,86%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
22 Cadeia Pública de Esperança	141	35	24,82%	17	12,06%	28	19,86%	31	21,99%	9	6,38%	19	13,48%	2	1,42%	0	0%	0	0%	0	0%
23 Cadeia Pública de Ingá	41	11	26,83%	12	29,27%	6	14,63%	6	14,63%	3	7,32%	0	0,00%	3	7,32%	0	0%	0	0%	0	0%
24 Cadeia Pública de Itabatana	73	13	17,81%	8	10,96%	15	20,55%	17	23,29%	13	17,81%	5	6,85%	2	2,74%	0	0%	0	0%	0	0%
25 Cadeia Pública de Itaporanga	75	15	20,00%	9	12,00%	20	26,67%	19	25,33%	10	13,33%	2	2,67%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%

PERFIL EDUCACIONAL DOS PRIVADOS DE LIBERDADE - PB

ESTABELECIAMENTO PENAL	TOTAL DE APELADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª A 4ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª A 8ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO			
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
26	Cadeia Pública de Jacaraú	5	18,52%	1	3,70%	9	33,33%	9	33,33%	0	0,00%	1	3,70%	2	7,41%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
27	Cadeia Pública de Juazeirinho	9	24,32%	10	27,03%	10	27,03%	7	18,92%	1	2,70%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
28	Cadeia Pública de Malta	8	34,78%	6	26,09%	8	34,78%	0	0,00%	0	0,00%	1	4,35%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
29	Cadeia Pública de Mamanguape	4	19,05%	5	23,81%	7	33,33%	5	23,81%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
30	Cadeia Pública de Monteiro	35	34,31%	9	8,82%	25	24,51%	27	26,47%	5	4,90%	1	0,98%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
31	Cadeia Pública de Pedras de Fogo	0	0,00%	0	0,00%	8	44,44%	9	50,00%	0	0,00%	1	5,56%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
32	Cadeia Pública de Piacó	7	18,42%	3	7,89%	7	18,42%	10	26,32%	4	10,53%	3	7,89%	4	10,53%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
33	Cadeia Pública de Picuí	10	19,23%	20	38,46%	8	15,38%	9	17,31%	3	5,77%	2	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
34	Cadeia Pública de Pilar/Gurinhem	6	22,22%	5	18,52%	6	22,22%	5	18,52%	1	3,70%	2	7,41%	2	7,41%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
35	Cadeia Pública de Pilões	8	30,77%	0	0,00%	7	26,92%	10	38,46%	0	0,00%	1	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
36	Cadeia Pública de Pocinhos	2	7,14%	0	0,00%	9	32,14%	13	46,43%	2	7,14%	0	0,00%	1	3,57%	0	0,00%	0	0,00%	1	4%
37	Cadeia Pública de Pombal	25	29,41%	5	5,88%	10	11,76%	31	36,47%	11	12,94%	3	3,53%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
38	Cadeia Pública de Prata	0	0,00%	1	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
39	Cadeia Pública de Princesa Isabel	18	21,69%	17	20,48%	17	20,48%	23	27,71%	3	3,61%	2	2,41%	3	3,61%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
40	Cadeia Pública de Queimadas	13	24,53%	5	9,43%	23	43,40%	11	20,75%	0	0,00%	1	1,89%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

PERFIL EDUCACIONAL DOS PRIVADOS DE LIBERDADE - PB

ESTABELECIMENTO PENAL	TOTAL DE APENADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª-4ª-SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª-8ª-SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO			
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
41	Cadeia Pública de Remígio	47	10,64%	8	17,02%	13	27,66%	9	19,15%	6	12,77%	4	8,51%	2	4,26%	0	0%	0	0%	0	0%
42	Cadeia Pública de Rio Tinto	39	17,95%	0	0,00%	13	33,33%	12	30,77%	7	17,95%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
43	Cadeia Pública de Santa Luzia	28	7,14%	0	0,00%	14	50,00%	10	35,71%	0	0,00%	2	7,14%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
44	Cadeia Pública de Santa Rita	65	18,46%	6	9,23%	21	32,31%	21	32,31%	3	4,62%	2	3,08%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
45	Cadeia Pública de Santana dos Garrotes	7	0,00%	0	0,00%	5	71,43%	1	14,29%	1	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
46	Cadeia Pública de São Bento	20	55,00%	2	10,00%	5	25,00%	2	10,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
47	Cadeia Pública de São J. do Rio do Peixe	38	28,95%	13	34,21%	5	13,16%	8	21,05%	1	2,63%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
48	Cadeia Pública de São João do Cariri	14	28,57%	1	7,14%	2	14,29%	4	28,57%	0	0,00%	3	21,43%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
49	Cadeia Pública de São José de Piranhas	16	6,25%	3	18,75%	4	25,00%	7	43,75%	0	0,00%	0	0,00%	1	6,25%	0	0%	0	0%	0	0%
50	Cadeia Pública de Serra Branca	28	10,71%	2	7,14%	7	25,00%	12	42,86%	0	0,00%	3	10,71%	1	3,57%	0	0%	0	0%	0	0%
51	Cadeia Pública de Serra Branca	20	30,00%	10	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	10,00%	2	10,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
52	Cadeia Pública de Soledade	12	8,33%	3	25,00%	3	25,00%	3	25,00%	0	0,00%	1	8,33%	1	8,33%	0	0%	0	0%	0	0%
53	Cadeia Pública de Sousa	62	19,35%	7	11,29%	17	27,42%	19	30,65%	2	3,23%	3	4,84%	2	3,23%	0	0%	0	0%	0	0%
54	Cadeia Pública de Sumé	44	36,36%	11	25,00%	8	18,18%	7	15,91%	1	2,27%	1	2,27%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
55	Cadeia Pública de Taperoá	27	18,52%	14	51,85%	4	14,81%	1	3,70%	2	7,41%	1	3,70%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%
56	Cadeia Pública de Teixeira	46	19,57%	7	15,22%	24	52,17%	0	0,00%	0	0,00%	5	10,87%	0	0,00%	1	2%	0	0%	0	0%
57	Cadeia Pública de Uiraúma	29	6,90%	2	6,90%	10	34,48%	9	31,03%	3	10,34%	3	10,34%	0	0,00%	0	0%	0	0%	0	0%

PERFIL EDUCACIONAL DOS PRIVADOS DE LIBERDADE - PB

ESTABELECIMENTO PENAL	TOTAL DE ALENADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª A 4ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª A 8ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO	
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
58	28	5	17,86%	7	25,00%	8	28,57%	5	17,86%	3	10,71%		0,00%		0,00%		0%		0%
59	291	22	7,56%	33	11,34%	41	14,09%	151	51,89%	15	5,15%	13	4,47%	12	4,12%	2	1%	2	1%
60	246	73	29,67%	39	15,85%	45	18,29%	22	8,94%	29	11,79%	23	9,35%	15	6,10%	0	0%	0	0%
61	100	18	18,00%	0	0,00%	48	48,00%	20	20,00%	0	0,00%	4	4,00%	8	8,00%	1	1%	1	1%
62	258	12	4,65%	99	38,37%	60	23,26%	48	18,60%	15	5,81%	16	6,20%	6	2,33%	2	1%	0	0%
63	11	0	0,00%	0	0,00%	3	27,27%	8	72,73%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0%	0	0%
64	76	6	7,89%	0	0,00%	20	26,32%	16	21,05%	13	17,11%	10	13,16%	7	9,21%	3	4%	1	1%
65	442	18	4,07%	49	11,09%	125	28,28%	94	21,27%	58	13,12%	51	11,54%	40	9,05%	2	0%	2	0%
66	194	45	23,20%	0	0,00%	51	26,29%	24	12,37%	18	9,28%	28	14,43%	24	12,37%	2	1%	2	1%
67	1087	87	8,00%	131	12,05%	301	27,69%	195	17,94%	134	12,33%	156	14,35%	83	7,64%	0	0%	0	0%
68	430	53	12,33%	45	10,47%	189	43,95%	122	28,37%	0	0,00%	8	1,86%	12	2,79%	1	0%	0	0%
69	172	14	8,14%	88	51,16%	43	25,00%	11	6,40%	5	2,91%	6	3,49%	4	2,33%	0	0%	1	1%
70	175	25	14,29%	28	16,00%	55	31,43%	48	27,43%	6	3,43%	10	5,71%	2	1,14%	0	0%	1	1%
71	524	42	8,02%	63	12,02%	179	34,16%	151	28,82%	31	5,92%	24	4,58%	26	4,96%	8	2%	0	0%

ESTABELECIMENTO PENAL	TOTAL DE APENADOS	ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1ª A 4ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO (5ª A 8ª SÉRIE)		ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO	
		Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
72	302	19	6,29%	48	15,89%	112	37,09%	40	13,25%	46	15,23%	29	9,60%	8	2,65%	0	0%	0	0%
73	263	45	17,11%	48	18,25%	49	18,63%	51	19,39%	31	11,79%	20	7,60%	18	6,84%	0	0%	1	0%
74	254	28	11,02%	131	51,57%	29	11,42%	51	20,08%	3	1,18%	6	2,36%	3	1,18%	2	1%	1	0%
75	875	93	10,63%	10	1,14%	307	35,09%	301	34,40%	71	8,11%	40	4,57%	47	5,37%	3	0%	3	0%
76	1111	81	7,29%	417	37,53%	204	18,36%	290	26,10%	48	4,32%	26	2,34%	40	3,60%	4	0%	1	0%
77	93	15	16,13%	5	5,38%	15	16,13%	34	36,56%	3	3,23%	10	10,75%	11	11,83%	0	0%	0	0%
78	251	21	8,37%	79	31,47%	117	46,61%	21	8,37%	3	1,20%	7	2,79%	2	0,80%	1	0%	0	0%
79	184	41	22,28%	42	22,83%	34	18,48%	24	13,04%	19	10,33%	13	7,07%	10	5,43%	1	1%	0	0%
TOTAL	9614	1287		1707		2570		2240		688		628		438		35		21	

14. OFERTA DE EJA

OFERTA DE EJA

Estabelecimento	Alfabetização		Ens. Fundamental. Incompleto - Anos Iniciais		Ens. Fundamental. Incompleto – Anos Finais		Ens. Fundamental. Completo		Ens. Médio. Incompleto		Ens. Médio. Completo		Ens. Superior. Incompleto		Ens. Superior. Completo	
	Quant	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
PRENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO	99	38,37%	60	23,26%	48	18,60%	15	5,81%	6	2,33%	16	6,20%	2	1%	0	0%
CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEM. M ^{rs} JULIA MARANHÃO	33	11,34%	41	14,9%	151	51,89%	15	5,15%	13	4,47%	12	4,12%	2	1%	2	1%
PENITENCIÁRIA DES. SILVIO PORTO	417	37,53%	204	18,36%	290	26,10%	48	4,32%	26	2,34%	40	3,60%	4	1%	1	1%
PENITENCIÁRIA MODELO DES. FLOSCOLO DA NÓBREGA	131	12,5%	301	27,69%	195	17,94%	134	12,33%	156	14,35%	83	7,64%	0	0%	0	0%
PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MEDIA JUIZ HITLER CANTALICE	49	11,09%	125	28,28%	94	25,27%	58	13,12%	51	11,54%	40	9,05%	2	0%	5	1%
PENITENCIÁRIA DE PSIQUIATRIA FORENSE	0	0%	48	48%	20	20%	0	0%	4	4%	8	8%	1	1%	1	1%
PENITENCIÁRIA PADRÃO SAPÉ	42	22,33%	34	18,48%	24	13,04%	19	10,33%	13	5,07%	10	5,43%	1	1%	1	1%

PENIT. REG. DE CAMPINA GRANDE JUR. RAIMUNDO ASFORA (SERROTÃO)	10	1,14%	307	35,09%	301	34,40%	71	8,11%	40	4,57%	47	5,37%	3	3%	3	3%
PRESÍDIO PADRÃO DE SANTA RITA	48	15,89%	112	37,09%	40	13,25%	46	15,23%	29	9,60%	8	2,65%	0	0%	0	0%
CADEIA PÚBLICA DE INGÁ	12	29,27%	6	14,63%	6	14,63%	3	7,32%	0	0%	3	7,32%	0	0%	0	0%
JOÃO BOSCO CARNEIRO- GUARABIRA	48	12,25%	49	18,63%	51	19,39%	31	11,79%	20	7,60%	18	6,84%	0	0%	0	1%
COLONIA PENAL AGRÍCOLA – SOUSA	39	15,85%	45	18,29%	22	8,94%	29	11,79%	23	9,35%	15	6,10%	0	0%	0	0%
CADEIA PÚBLICA DE PRINCESA ISABEL	0	0%	8	2,56%	10	2,84%	18	2,75%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PRESÍDIO PADRÃO DE CAJAZEIRAS- FEMININO	0	0%	15	4,80%	15	4,26%	30	4,55%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
PRESÍDIO PADRÃO DE CAJAZEIRAS- MASCULINO	28	16%	55	31,43%	48	27,43%	6	3,43%	10	5,71%	2	1,14%	0	0%	1	1%
PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA PROCURADOR ROMERO NÓBREGA – PATOS / PB – MASCULINO	131	51,57%	29	11,42%	51	20,08%	3	1,18%	6	2,36%	3	1,18%	2	1%	1	1%
PRESÍDIO REGIONAL DE PATOS / PB	5	5,38%	15	16,13%	34	36,56%	3	3,23%	10	10,65%	11	1,83%	0	0%	0	0%

16. Oferta de Educação Não-Formal

2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Auxiliar de Cozinha	Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	19
Garçom	Presídio Regional do Serrotão	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Cabeleireiro Assistente	Presídio Regional Feminino de Campina Grande	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Auxiliar de Cozinha	Presídio Padrão João Bosco Carneiro	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Garçom	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Garçom	Colônia Agrícola Penal de Sousa	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20

Continuação 2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Cabeleireiro Assistente	Cadeia Pública de Cajazeiras Feminino	FECOMÉRCIO /SENAC /PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	18
Cozinha Básica	PB. 1 - Jacarapé	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Informática Básica	Presídio Regional do Serroão	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Cozinha Básica	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	19
Cozinha Básica	Presídio Padrão de Catolé do Rocha	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	17
Técnicas Básicas de Garçom	Presídio Padrão Cajazeiras	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	21
Cozinha Básica	Presídio Regional de Sapé	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20

Continuação 2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Cozinha Básica	Presídio Padrão Santa Rita	FECOMÉRCIO/SENAC/GRATUIDADE	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	CEHAP	IFPB	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	17
Aplicador de Revestimento Cerâmico	Presídio de Segurança Média de Mangabeira "Hitler Cantalice"	IFPB	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	9
Serigrafia	Presídio Regional do Serrotão	FIEP/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Patos	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	70
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Cajazeiras	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Confeccionar de bolas esportivas	Presídio Padrão de Catolé do Rocha	FECOMÉRCIO/SENAC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25

Continuação 2013

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Confeccionar de bolas esportivas	Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Confeccionar de bolas esportivas	Colônia Agrícola Penal de Souza	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	25
Produção de bonecas de pano	Presídio Regional Feminino de Campina Grande	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	12
Artesanato em Renascença	Prisídio Regional Feminino de Patos	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	15
Desenvolvimento Pessoal	Penitenciária de Segunação Média Hitler Cantalício	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	8
Vendas	Penitenciária de Segunação Média Hitler Cantalíce	FECOMÉRCIO/SEN AC/PRONATEC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	20
TOTAL				541

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Curso de Agente de Limpeza e Conservação	FUNESC	PRONATEC/SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Curso de Confeccionador de Bijuteirias	Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão	PRONATEC/SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Curso de Encanador/Instalador Predial	Penitenciária PB1	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	36
Curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	36
Curso de Costureiro Industrial	Penitenciária Feminina de Campina Grande	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	30
Curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico	Penitenciária Geraldo Beltrão	PRONATEC/SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	33
TOTAL				167

17.Exames de Certificação (por Estabelecimentos)

CERTIFICAÇÃO/ EXAMES	Resultados Obtidos				Resultados Previstos			
	2013		2014		2015		2016	
	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais
ENEM	290	31	524	43	530	44	560	45
ENCCEJA	218	18	415	36	440	38	480	40
EXAME ESTADUAL (SUPLETIVO)	793	35	***	***	850	37	850	38

18. Oferta de Sala de Leitura/Biblioteca

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
1	Unidade Prisional Flósculo da Nóbrega	Não	***
2	Unidade Prisional Geraldo Beltrão	Sim	950
3	Unidade Prisional Júlia Maranhão	Sim	1500
4	Unidade Prisional Silvío Porto	Não	***
5	Unidade Prisional Romeu Gonçalves de Abrantes	Sim	2000
6	Instituto de Psiquiatria Forense (IPF)	Não	***
7	Unidade Prisional Hitler Cantalice	Sim	1900
8	Unidade Prisional Padrão de Santa Rita	Sim	900
9	Unidade Prisional Cadeia de Santa Rita	Não	***
10	Unidade Prisional de Sapé	Sim	1700

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
11	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	Não	***
12	Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras	Não	***
13	Cadeia Pública de São José de Piranhas	Não	***
14	Cadeia Pública de São João do Rio do Peixe	Não	***
15	Cadeia Pública de Uiraúna	Não	***
16	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	Sim	3100
17	Penitenciária Padrão de Campina Grande	Não	***
18	Penitenciária Feminina de Campina Grande	Não	***
19	Penitenciária Vicente Claudino de Pontes (Guarabira)	Não	***
20	Penitenciária João Bosco Carneiro (Guarabira)	Sim	800
21	Cadeia Pública de Alagoa Grande	Não	***

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
22	Penitenciária Romero Nóbrega - Patos (Masculino)	Não	***
23	Presídio Regional Feminino e Casa de Albergue de Patos	Não	***
24	Cadeia Pública de Itabaiana	Não	***
25	Cadeia Pública de Pedras de Fogo	Não	***
26	Cadeia Pública de Pilar	Não	***
27	Cadeia Pública de Ingá	Não	***
28	Cadeia Pública de Itaporanga	Não	***
29	Cadeia Pública de Monteiro	Não	***

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
30	Cadeia Pública de Serra Branca	Não	***
31	Cadeia Pública de Sumé	Não	***
32	Cadeia Pública de São João do Cariri	Não	***
33	Presídio de Catolé do Rocha	Sim	1000
34	Cadeia Pública de Princesa Isabel	Não	***
35	Presídio Colônia Penal de Sousa	Sim	800
36	Cadeia Pública de Pombal	Não	***
37	Cadeia Pública de Santa Luiza	Sim	400
38	Cadeia Pública de Teixeira	Não	***
39	Cadeia Pública de Malta	Não	***

5. GESTÃO

5.1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Diversas unidades prisionais oferecem atividades voltadas para formação profissional dos privados de liberdade, por meio de convênios de cooperação técnica firmados entre a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e as instituições formadoras: FECOMERCIO/SENAC, FIEP/SENAI. Os cursos de formação profissional oferecidos nas unidades são em diversas áreas.

No que tange a oferta de educação no âmbito das Unidades Prisionais, a ação tem acontecido desde a década de 80, entretanto não há um documento formal definindo as atribuições e competência das duas Secretarias. Entretanto, a partir de 2011, foi formada uma Comissão Interestadual entre as Secretarias de Educação e de Administração Penitenciária, por meio da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos e da Gerência de Ressocialização, para gerir as ações da Educação nas prisões. De modo que, o monitoramento, as visitas, os levantamentos sobre as unidades passaram a ser realizados em parceria com as duas Secretarias.

No que se refere à legislação estadual da educação nas prisões, está regulamentada pela Resolução 229/2000, do Conselho Estadual de Educação que trata especificamente sobre a oferta da Educação de Jovens e Adultos em todo o Estado, pelo Plano Estadual de Educação (Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015) e das Diretrizes Operacionais da Secretaria do Estado da Educação.

Nas Unidades prisionais, o atendimento educacional dos níveis de Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio tem sido realizado por meio dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) espalhados pelos municípios do Estado: João Pessoa, Mari, Catolé do Rocha, Patos, Itaporanga, Sousa, Cajazeiras. E no que se refere ao ensino fundamental (anos iniciais) e alfabetização, estes acontecem pela unidade

escolar Centro de Reeducação Maria Julia Maranhão. A estrutura de organização definida de acordo com quadro descrito a seguir, conta com a formação de um corpo docente de 57 educadores, contando ainda para a organização pedagógica com profissionais entre pedagogos, professores, coordenadores, agentes de segurança e outros colaboradores.

A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais é competência da Secretaria de Estado da Educação articulada com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, conforme sua legislação nacional e estadual.

5.2 REGRAS E PROCEDIMENTOS DE ROTINA

As regras e procedimentos que envolvem a oferta de educação nas prisões no Estado da Paraíba estão determinados nas Diretrizes Operacionais para Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino, contudo há necessidade da criação de um documento formalizado entre a Educação e Administração Penitenciária definindo as questões específicas de turnos e horários, número de aluno por sala, revistas de alunos e professores, escolta para a sala de aula, uso de material pedagógico, presença de livros nas celas, etc. Entretanto, tudo isto vem acontecendo em consonância com as normas de funcionamento das unidades prisionais e de acordo com as Diretrizes e matrizes curriculares organizadas para trabalhar nas unidades, considerando os níveis de ensino. Na administração de cada unidade prisional existe uma pasta com o nome dos alunos e pontos dos professores. E cada professor possui o diário de classe para o registro das aulas e da frequência dos alunos. Às quartas-feiras, dia considerado de visita familiar em todas as unidades, é o dia em que todos os professores e técnicos estão reunidos para discutir a prática pedagógica e realizar o planejamento das aulas.

A educação dos apenados está integrada ao sistema educacional do Estado, de acordo com a organização dos CEJAS, oportunizando a todos que ganhem sua liberdade a dar continuidade a sua escolaridade, sem dificuldade.

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

A oferta da educação no âmbito das unidades prisional acontece com a participação direta dos profissionais da SEE, ligados a Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), articulada com a Gerência de Ressocialização da SEAP, bem como a gestão dos CEJAs. E em relação aos professores, estes são devidamente habilitados para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem. Para o monitoramento e Planejamento com os educadores conta com uma equipe de Coordenação Pedagógica, lotada na GEEJA. Os educadores maioria são contratados como prestadores de serviços e não recebem a periculosidade, ou qualquer valor adicional pelas atividades que desenvolvem, por entendimento jurídico de que a periculosidade é direito apenas dos agentes de segurança, gestores de unidades, profissionais ligados ao quadro das unidades prisionais.

No que se refere a formação dos educadores, gestores e aos profissionais que atuam nos estabelecimentos penais, estes serão atendidos com recursos do Programa do PAR (Plano Articulado), com a finalidade de garantir o processo de efetivação da oferta de educação. O agente exerce um papel de fundamental importância, uma vez que suas atividades não se restringem apenas a escolta. E dessa forma, atingir-se uma educação colaborativa e mais eficaz nas unidades prisionais, assegurando não só o direito da remição, mas o direito a formação cidadã para a reinserção do apenado ou apenada na sociedade.

A supervisão, monitoramento e assessoramento pedagógico das atividades educacionais são realizadas pelos coordenadores pedagógicos das Gerências Regionais, dos CEJAs, e da Coordenação da Educação para as Prisões, bem como com a colaboração da Gerência de Ressocialização da SEAP, visando subsidiar os profissionais que atuam no processo ensino-aprendizagem.

No que tange ao ensino de qualificação profissional este é gerenciado diretamente, por meio de convênios entre a SEAP e as instituições formadoras.

RELAÇÃO DE ALBETIZADORES

BOLSISTA	FUNÇÃO	MUNICÍPIO	ALUNOS
Gessy Gleine Leite	Alfabetizador	Teixeira	10
Rogério Bezerra Dutra	Alfabetizador	São João Do Rio Do Peixe	5
Maria Aparecida Valéria da Silva	Alfabetizador	Sapé	22
Joyce Carla de Oliveira	Alfabetizador	Santa Rita	15
Jardel Alves Pereira	Alfabetizador	Santa Rita	19
Paulo Emanoel Viana	Alfabetizador	Santa Rita	15
Julio César Alves dos Santos	Alfabetizador	Santa Rita	19
Simone Alves de Macedo Palhano	Alfabetizador	Guarabira	11
Ismael Alves Grangeiro	Alfabetizador	Itaporanga	18
Maria das Graças Soares de Lima	Alfabetizador	João Pessoa	5
Arônia Jokeberg Moreira de Azevedo	Alfabetizador	João Pessoa	19
Maria de Fátima Campos da Silva	Alfabetizador	João Pessoa	19
Leila Noujaim Habib de Lima	Alfabetizador	João Pessoa	26 (2 Turmas)
Ana Paula da Silva Santos	Alfabetizador	João Pessoa	6
Estefania Leite Cassemiro	Alfabetizador	João Pessoa	16
Ana Glória Rodrigues da Silva	Alfabetizador	João Pessoa	25
Rhobysvania Linhares da Sousa Guilherme	Alfabetizador	Malta	10
Lucineide Neres Rodrigues	Alfabetizador	Patos	23 (2 Turmas)
Edina Imperiano dos Santos	Alfabetizador	Alagoa Nova	5
Ianny Harlen Reinaldo Alves Gomes	Alfabetizador	Cajazeiras	14
Irismar Angelo Bezerra	Alfabetizador	Cajazeiras	7
Wagna Cristina Da Silva Pereira	Alfabetizador	Bonito De Santa Fé	19
TOTAL			328

DIRETORES DAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DA PARAÍBA – PARCEIROS DA EDUCAÇÃO

DIRETOR GERAL	DIRETOR ADJUNTO/ CHEFE DE DISCIPLINA	UNIDADE PRISIONAL	CONTATO
Josinaldo da Cunha Lima (Major Lima)	José Rodolfo Couto Da Silva Max Silva de Oliveira	Penitenciária Des. Sívlio Porto	8737-3036/8809-8919 8733-3317
Lincon Gomes Pedrosa	David Efrain Nigri Cícero Gonçalves Junior	Penitenciária Desembargador Flóscolo Da Nóbrega	8625-1274/ 8712-2128
João Sitônio Rosas Neto	Marcos Antônio José da Silva / José Langstein Amaro Formiga	Penitenciária Des. Geraldo Beltrão (Máxima)	8813-3059/ 3246-6801 8608-6041 /88563349
Cinthya Almeida de Araújo	Fábio Roberto Ferreira de Sousa Márcia Maria Rodrigues Estrela	Centro De Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (Bom Pastor)	8770-4040/ 8809-8919 8815-7759/8818-8047
João Paulo Ferreira Barros	José de Arimatéia Figueiredo Torres Júnior Ricardo Marques De Souza Neto	Penitenciária Hitler Cantalice (Média)	8853-9712/ 8845-0473 8887-3107/ 8887-3107
Leandro Batista da Silva	Jairo dos Santos Silva Everton Pereira da Silva	Penitenciária De Seg. Máxima Romeu Gonçalves De Abrantes (Pb 1 E Pb 2)	3218-4452 / 3213-9490
Rogério Borges Ferraz Gominho	Magnus Cavalcanti de Arruda Camila Lemos de Sousa	Penitenciária De Psiquiatria Forense (IPF)	8893-1501/ 9675-2900/9931-0080
Delmiro Antonio Nobrega Junior	Laercio Rodrigues da Cruz Celso dos Santos Bezerra	Penitenciária Reg. De Campina Grande J. Raymundo Asfóra (Serrotão)	3333-4267 / 3333-3110
DIRETOR GERAL	DIRETOR ADJUNTO/ CHEFE DE DISCIPLINA	UNIDADE PRISIONAL	CONTATO
Anselmo Vasconcelos Costa	Alexandre Moreira Gomes/ Tiago de Oliveira Melo	Penitenciária Reg. Padrão De Campina Grande (Máxima)	8790-3060/8832-2864/ 8824-7815/9104-4909

Anairis Almeida Simplicio	Renata Guimarães da Silva / Auristela Cristina de moura Camelo	Penitenciária Feminina De Campina Grande	3333-3444
Jailson de Matos Santos	Tales Alves de Almeida Diogo Ferreira Barbosa	Penitenciária Padrão De Cajazeiras	99121-7144 / 993272047 993156770
FEancisco Hemerson Dantas de Maral	Luiz Antônio Alves Lima	Penitenciária De Catolé Do Rocha	99680-3478 / 99634-4939
Carlos Henrique Elias da Silva	Daniel Tomaz de Araújo Wladimir Rubis Costa	Penitenciária João Bosco Carneiro (Guarabira)	3271-1788/ 98817-6107 / 98877-0458
Charles André Ferreira	Edgards de Oliveira Silva	Presídio Regional de Guarabira Vicente Claudino Pontes	
José Gomes Cavalcanti Neto	José Erivaldo Queiros Almeida	Penitenciária Padrão Romero Nóbrega (Masculino/Patos)	3423-3639/ 98750-5042
Claudia Shymenne L. S. Gomes	-	Penitenciária Romero Nóbrega (Feminino/Patos)	98733-6700 / 3423-2439
Edmilson Alves de Souza	Harley Silva Rocha Olivaldo Henrique da Silva	Penitenciária Padrão de Santa Rita	(81)8552-6721/ (83) 98821-3644
Antonio Galdino da Silva Neto	Josivânia Ramos M. Borges	Presídio Regional de Sapé	8704-9747/ 9301-2748/8735-4799
Laudionor Domingos Mota	-	Cadeia Pública de Alagoa Grande	3273-2111 / 9144-1249
Shesno Claudino de Carvalho	Tiago da Costa Peixoto	Cadeia Pública de Bayeux	3253-2037 / 9755-9415
Paloma Correia Lima	Vitoriano Ananias Santos Filho	Cadeia Pública de Cajazeiras	9905-1374
DIRETOR GERAL	DIRETOR ADJUNTO/ CHEFE DE DISCIPLINA	UNIDADE PRISIONAL	CONTATO
Carlos Magno Mesquita da Silva	Clara Priscila de Oliveira Sousa	Cadeia Pública de Catolé Do Rocha	9620-5152/ 9154-1228

Francisco Gilvan	-	Cadeia Pública de Conceição	9955-5873/ 9950-8003
João Soares	-	Cadeia Pública de Coremas	3433-2241 / 9948-3676
Solon Rodrigues da Silva	André (Agente)	Cadeia Pública de Ingá	3394-1079 / 9188-0768/ 9354-3251
Marcelo Gervásio	Augusto	Cadeia Pública de Itabaiana	3281-2470 / (81)9649-8883/ (81)8842-8841/ (81)9769-4089
Oslean Leydson Neves de Sousa	Helenilma Gomes da Fonseca	Cadeia Pública de Itaporanga	3441-1028 / 3451-2416
Carlos Henrique Maciel Soares	Emerson Cesário de Freitas	Cadeia Pública de Mamanguape	(81)8787-0003 9840-0593/8713-3897
Alexandre Macedo Batista	Welder da Silva Floriano	Cadeia Pública de Monteiro	3351—2705 / 9943-6862/9990-1038
Jacob Cristo de Albuquerque	Toni	Cadeia Pública de Pedras De Fogo	3635-2284 / 9476-1203/(81)9211-5451
Ruffino de Lima	-	Cadeia Pública de Piancó	9169-0595
Eduardo Domingos	-	Cadeia Pública de Pilar	3282-1503 / 8814-6105/8743-7088
Giórgio Diniz	Pedro Homero Cruz Leite Júnior	Cadeia Pública de Pombal	9676-6222 3431-2991 / 3435-1019
DIRETOR GERAL	DIRETOR ADJUNTO/ CHEFE DE DISCIPLINA	UNIDADE PRISIONAL	CONTATO
José Gomes Cavalcante	-	Cadeia Pública de Princesa Isabel	3457-2050 (87)9952-5042
Marcos Humberto Da C.	Victor Hugo	Cadeia Pública de Rio Tinto	3291-1994 / 8701-0163/8720-

Lima			0571
Edna Maria Lima Silva Veloso	-	Cadeia Pública de Santa Rita	8778-6587
Patrício Maracajá Neto	-	Cadeia Pública de São João Do Cariri	8701-5985
Edijani Ferreira Marques	-	Cadeia Pública de São João Do Rio Do Peixe	3535-2013 / 99143-0135/3544-1284/ 99957-9604/98179-8168
Alessandro Lima da Silva	-	Cadeia Pública de São José De Piranhas	3552-1118 / 99145-9911 99906-7170
Antônio Galdino da Silva Neto	Josivania Ramos de Melo Borges	Penitenciária Regional de Sapé	99301-2748
Eusivan F. Nascimento	-	Cadeia Pública de Serra Branca	3354-2926 / 99630-3703
Alberto de França Costa	-	Cadeia Pública de Solânea	3363-2895
Valcir Neves de Sousa	-	Cadeia Pública de Sumé	3353-2039 99926-6776
Ramon Vieira Pires	-	Cadeia Pública de Uiraúna	3534-2952 / 3534-2087
Sylvana Matias Da Silva	Coordenação Estadual	Coordenadora da Educação/ SEAP	9988289991

O Projovem Urbano nas unidades prisionais é um Programa da política nacional de juventude, que é executado em parceria entre o Governo Federal através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Estado da Educação e Gerência Executiva de Educação de jovens e Adultos (GEEJA). Atendendo aos jovens com idade entre 18

e 29 anos que não conseguiram concluir o ensino fundamental. O principal objetivo deste Programa é garantir aos jovens sua inclusão no espaço social, político, histórico e cultural, entre outros necessários a convivência humana. No caso específico do Projovem Urbano Prisional, as atividades de caráter a favorecer uma formação libertadora na elevação escolar, propiciam aos Privados de liberdade o domínio da leitura e da escrita e o seu protagonismo juvenil. Cada aluno recebe uma bolsa no valor de R\$ 100,00 mensais, depositados em contas específicas para o referido fim. Parte desses recursos é depositada antecipadamente em conta da Secretaria Estadual de Educação - SEE. Assim, cabe a SEE repassar mensalmente ao Banco do Brasil, quando conclusivas as matrículas e iniciadas as aulas. No caso específico dos privados de liberdade, um familiar autorizado recebe uma declaração justificando o recebimento do benefício devido a condição do reeducando.

O Projovem Urbano nas unidades prisionais paraibanas foi implementado em 2013, com 150 jovens reeducandos matriculados em cinco turmas distribuídas nas unidades prisionais no município de João Pessoa, (Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, Penitenciária Masculina Desembargador Silvío Porto, e o Penitenciária Masculina Desembargador Geraldo Beltrão; no município de Campina Grande (Penitenciária Masculina Raimundo Asfóra (Serrotão) e o Penitenciária Feminino de Campina Grande).

Em 2015, o programa ampliou de 150 para 450 números de vagas disponível para jovens reeducandos, nas unidades prisionais dos municípios: João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Sapé, Guarabira, Sousa, e Cajazeiras. Em João Pessoa (Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, Penitenciária Masculina Desembargador Silvío Porto, **Presídio Hitler Cantalice, Presídio Flóscolos da Nóbrega (Roger)**; e no município de Campina Grande (Penitenciária Masculina Raimundo Asfóra (Serrotão) e o Presídio Padrão Máxima de Campina Grande); **Em Santa Rita (Presídio Padrão de Santa Rita); Em Sapé (Presídio Padrão de Sapé); Em Gurabira (Presídio Padrão João Bosco Carneiro e Presídio Vicente Claudino Pontes); em Cajazeira (Presídio Padrão de Cajazeiras feminino e masculino); em Sousa (Colônia Penal Agrícola de Sousa).**

EDUCADORES PROJOVEM URBANOS NAS UNIDADES PRISIONAL PARAIBANAS

NOME	FUNÇÃO	MUNICÍPIO	DISCIPLINA	UNIDADE PRISIONAL
Sidley Cavalcante da Silva	Professor	João Pessoa	Ciências da Natureza	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvío Porto

Júnior Gomes dos Santos	Professor	João Pessoa	Ciências Humanas	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Olíria Maria Palitol da Costa	Professor	João Pessoa	Inglês	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Gilmar Antônio de Oliveira	Professor	João Pessoa	Matemática	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Cira Maia dos Santos	Professor	João Pessoa	Língua Inglesa	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Renildo Lucia de Moraes	Professor	João Pessoa	Participação Cidadã	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Lusimar dos Santos Lima	Professor	João Pessoa	Qualificação Profissional	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Cira Maia dos Santos	Professor	João Pessoa	Língua Portuguesa	Presídio Santa Rita, Júlia Maranhão/ Silvio Porto
Híndria Renally Cavalcante Guimarães	Professor	Campina Grande	Língua Portuguesa	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Amanda Peixoto de Carvalho	Professor	Campina Grande	Ciências Humanas	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Daniel Kleber Fernandes da Silva	Professor	Campina Grande	Inglês	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Maria Gilmaria Vale Sousa	Professor	Campina Grande	Ciências da Natureza	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Rafael Fernandes da Silva Junior	Professor	Campina Grande	Matemática	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Idalice Gonçalves Barbosa Filha	Professor	Campina Grande	Participação Cidadã	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima
Glaciele do Carmo de Araújo Lopes Miranda	Professor	Campina Grande	Qualificação Profissional	Penitenciária Raimundo Asfora(Serrotão)/ /Presídio Padrão Máxima

5.4 REGISTROS ESCOLARES

Os alunos das Unidades prisionais são regulamente matriculados no sistema de ensino estadual, fazendo parte do CEJA, de acordo com a Regional de Educação, no que se refere ao Ensino Fundamental do segundo segmento ou do Ensino Médio. Quanto aos alunos do primeiro segmento, estes estão matriculados nas Unidades escolares, sendo certificados de acordo com a resolução do Conselho Estadual de Educação 229/2000.

Os professores são lotados no Centro de Educação de Jovens e Adultos conforme a cidade que estão ligados e no caso do primeiro segmento, conforme tabela abaixo:

GRE	JOÃO PESSOA	ESCOLA QUE IRÁ CERTIFICAR	
1ª	Penitenciária Maria Julia Maranhão	1ºSEGMENTO/PENITENCIÁRIA MARIA JULIA MARANHÃO 2º SEGMENTO CEJA/ANTONIO SEVERINO DE SOUSA	
1ª	Penitenciária Desembargador Silvio Porto		
1ª	Penitenciária Desembargador Flóscolo Da Nóbrega (Róger)		
1ª	Penitenciária Hitler Cantalice (Média)		
1ª	Penitenciária Desembaragdor Geraldo Beltrão (Máxima)		ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO DE EJA PROF. HERALDO LAFAYETTE BZERRA
1ª	IPF Instituto De Psiquiatria Forense		
1ª	BAYEUX (Cadeia Pública de Bayeux)		
1ª	SANTA RITA (Presídio Padrão de Santa Rita)		
1ª	SAPÉ (Presidio Regional de Sapé)	1º SEGMENTO EEEF CATARINE GIRARDO / 2º SEGMENTO CEJA DE MARI	
2ª	GUARABIRA (Penitenciária João Bosco Carneiro)	1º SEGMENTO E.E.E.F. ANTENOR NAVARRO; 2º SEGMENTO CEJA DE MARI.	
2ª	CADEIA Vicente Claudino Pontes (Guarabira)		
2ª	SOLÂNEA (Cadeia Pública de Solânea)		
3ª	CAMPINA GRANDE (Penitenciária Regional J. Raimundo Asfora)	1º SEGMENTO, EEEF /2º SEGMENTO CEJA DE CAMPINA	
3ª	Penitenciária Jurista Agnelo Amorim		
3ª	Penitenciária Padrão de Campina Grande		
3ª	Penitenciária Feminina de Campina Grande		
3ª	ALAGOA GRANDE (Cadeia Pública de Alagoa Grande)	EEEF 1º SEGMENTO MANOEL BARBOSA DE LUCENA/2º SEGMENTO CEJA DE CAMPINA GRANDE	

GRE	JOÃO PESSOA	ESCOLA QUE IRÁ CERTIFICAR
5 ^a	MONTEIRO (Cadeia Pública de Monteiro)	1º SEGMENTO EEEF MIGUEL ST ^a CRUZ 2º SEGMENTO EEEF ST ^a FILOMEN
5 ^a	SUMÉ (Cadeia Pública de Sumé)	1º, 2º EEEF SEGMENTO E MÉDIO EEEF JOSÉ GONÇALVES DE QUEIRÓS
5 ^a	SÃO JOÃO DO CARIRI (Cadeia Pública do São João do Cariri)	2º SEGMENTO EEEF JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS
5 ^a	SERRA BRANCA (Cadeia Pública de Serra Branca)	2º SEGMENTO EEEF VASCONCELOS BRANDÃO
6 ^a	PATOS (Penitenciária Padrão Romero Nóbrega (Masculino))	EEEF CORIOLANDO MEDEIROS/1º SEGMENTO/ CEJA 2º SEGMENTO
6 ^a	PATOS (Penitenciária Padrão Romero Nóbrega (Feminino))	
7 ^a	ITAPORANGA (Cadeia Pública de Itaporanga)	1º segmento: EEFM Dr. Manuel Diniz; 2º segmento e Médio: CEJA
7 ^a	COREMAS (Cadeia Pública de Coremas)	2º segmento: CEJA
7 ^a	PIANCÓ (Cadeia Pública de Piancó)	1º segmento: Maria Eliza Montenegro de Sousa 2º Segmento: CEJA
8 ^a	CATOLÉ DO ROCHA (Presídio Padrão de Catolé do Rocha)	1º SEGMENTO
9 ^a	CAJAZEIRAS (Padrão de Cajazeiras)	EEEF DESEMBAGADOR BOTO/ 1º SEGMENTO/ CEJA CAJAZEIRAS 2º SEGMENTO E ENSINO MÉDIO
9 ^a	CAJAZEIRAS (Penitenciária Feminina de Cajazeiras)	
9 ^a	UIRAÚNA (Cadeia Pública de Uiraúna)	EEEF JOVELINA GOMES 1º SEGMENTO/
9 ^a	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS (Cadeia Pública de S. José de Piranhas)	1º SEGMENTO LUIZ ALBERTO DE PAIVA
9 ^a	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (Cadeia Pública de S. João do Rio do Peixe)	2º SEGMENTO E MÉDIO: ESCOLA NORMAL MINISTRO JOSÉ AMÉRICO 1º SEGMENTO EEFM GONECO MANOEL JACOME
10 ^a	SOUSA Colônia Agrícola de Sousa	EEEF BATISTA LEITE/ 1º SEGMENTO / CEJA 2º SEGMENTO

GRE	JOÃO PESSOA	ESCOLA QUE IRÁ CERTIFICAR
11ª	PRINCESA ISABEL (Cadeia Pública de Princesa Isabel)	1º SEGMENTO: EEEFM Iracema Marques 2º SEGMENTO: EEEFM Ministro Alcides Vieira Carneiro Ensino Médio: EEEFM Bom Conselho.
12ª	ITABAIANA (Cadeia Pública de Itabaiana)	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA/ 1º e 2º SEGMENTO
12ª	INGÁ (Cadeia Pública)	
12ª	PEDRAS DE FOGO (Cadeia Pública de Pedras de Fogo)	
12ª	PILAR (Cadeia Pública de Pilar)	
13ª	POMBAL (Cadeia Pública de Pombal)	1º SEGMENTO
14ª	MAMANGUAPE (Cadeia Pública de Mamanguape)	ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA FUNDAMENTAL E MÉDIO GUILHERME DA SILVEIRA
14ª	RIO TINTO (Cadeia Pública de Rio Tinto)	ESCOLA INDÍGENA FUNDAMENTAL E MÉDIO GUILHERME DA SILVEIRA

QUADRO DE RELAÇÃO NOMINAL DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO NAS PRISÕES (SEE)

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	ROGER	ANA GLÓRIA RODRIGUES DA SILVA	EFETIVO	20H	POLIVALENTE	31
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	AUDREY ARARIPE COUTINHO	PEJA	20H	POLIVALENTE	5
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	SILVIO PORTO / GERALDO BELTRÃO / JULIA MARANHÃO	CÍNTHIA ARAÚJO BARBOSA	EFETIVO	20H	ED. FÍSICA	41/26/18

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	COORDENAÇÃO	ELIANE MARIA DE AQUINO	EFETIVO	20H	COORDENADOR A DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES DO ESTADO DA PARAÍBA	X
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	HITLER/ SILVIO PORTO	CIRA MAIA DOS SANTOS	EFETIVO	20H	PORTUGUÊS	20/41
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	SILVIO PORTO/ ROGER	DAYANNA ALVES CAVALCANTI	PS	20H	HISTÓRIA	41/34
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	HITLER / ROGER	ELEN PATRICIA COSTA SOUZA	EFETIVO	20H	MATEMÁTICA	20/34
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	ROGER/IPF	ERALDO FABIANO F DE OLIVEIRA	EFETIVO	20H	HISTÓRIA	34/17
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	HITLER CANTALICE	GILMÁRIO KASSANDRO XAVIER PINHEIRO	PEJA	20H	HISTÓRIA	20
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	HITLER CANTALICE/ SILVIO PORTO	GLAUBIO OLIMPIO DE ALMEIDA	PEJA	20H	INGLÊS	20/41
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	JULIA MARANHÃO / IPF	IDALVA DE ALMEIDA NÓBREGA	PS	20H	MATEMÁTICA	18/17
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	SILVIO PORTO/GERALDO BELTRÃO	JOANA MARTA GOMES DE ALMEIDA	PS	20H	MATEMÁTICA	41/26
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	JÚLIA MARANHÃO/ HITLER	JOÃO BATISTA ALVES	PS	20H	HISTÓRIA	18/20
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL FLOCOLO DA NOGREGA(ROGER) / DESEMBARGADOR SILVIO PORTO	JONAS BATISTA DE AZEVEDO	PS	20H	HISTÓRIA	34/41
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	ROGER/HITLER CANTALICE/	JOSÉ BONIFÁCIO DE ARAÚJO	PEJA	20H	INGLÊS	34/20

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	DESEMBARGADOR SILVIO PORTO	JOSEFA ROSÉLIA DE OLIVEIRA BARBOSA	EFETIVO	20H	MATEMÁTICA	22
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	GERALDO BELTRÃO / IPF	KARENINNE MIRANDA DE PAIVA	PEJA	20H	PORTUGUÊS	26/17
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	GERALDO BELTRÃO	MARIA DA PENHA ISMAEL DA SILVA	EFETIVO	20H	POLIVALENTE	20
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	PB1	MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA SILVA	PEJA	20H	POLIVALENTE	13
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	IPF	MARIA ENILDA CORDEIRO	EFETIVO	20H	POLIVALENTE	17
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	JÚLIA MARANHÃO	MARIA EUDES SANTOS DA SILVA	EFETIVO	20H	POLIVALENTE	18
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	JÚLIA MARANHÃO/ SILVIO PORTO	MARILAN FONSECA GOMES	PS	20H	GEOGRAFIA	18/41
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	ROGER	MICHELINE MOURA ALVES RAMALHO	PS	20H	CIÊNCIAS/BIOLOGIA	34
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	ROGER/ IPF	ROSANA DE LUNA FREIRE	EFETIVO	20H	PORTUGUÊS	34/17
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	GERALDO BELTRÃO / SILVIO PORTO	SAYONARA ANNE DE LIRA SOARES	PS	20H	PORTUGUÊS	26/41
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	GERALDO BELTRÃO/ ROGER	TÂNIA DE LOURDES P. DE A. SOBREIRA	PS	20H	HISTÓRIA	26/34
1ª	JOÃO PESSOA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL MARIA JULIA MARANHÃO/SILVIO PORTO	YULIANA LISBOA DONATO VIEIRA	PEJA	20H	CIÊNCIA/BIOLOGIA	18/26

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	JULIO CÉSAR ALVES DOS SANTOS	PS	20H	MATEMATICA	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	FÁBIO MACENA DA SILVA	PEJA	20H	INGLÊS	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	PAULO EMANUEL VIANA	PS	20H	HISTÓRIA	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL PRESIDIO PADRÃO DE SANTA RITA	MICHELINA ROBERTO DE MOURA	PEJA	20H	CIÊNCIA/ BIOLOGIA	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	JARDEL ALVES PEREIRA	PS	20H	PORTUGUÊS	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1099	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	EDILSON RODRIGUES DA SILVA	PS	20H	FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	33
1ª	SANTA RITA	CEJA PROFESSOR ANTONIO SEVERINO DE SOUSA UTB. 1100	UNIDADE PRISIONAL DE SANTA RITA	ULISSES PEREIRA DE LIMA	PS	20H	GEOGRAFIA	33
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	ANA CLÁUDIA FERNANDES DA SILVA	PS	20 H	POLIVALENTE	44
	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	ANIELLY DA SILVA SOUSA	PS	20 H	POLIVALENTE	21
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	MARCILENE CALIXTO NASCIMENTO	PS	20 H	POLIVALENTE	6
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA	PS	20 H	GEOGRAFIA, HISTÓRIA	40/16
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	MÔNICA FELIX GONÇALVES	PBA	20 H	POLIVALENTE	40/16
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	SIMONE ALVES DE MACEDO PALHANO	PS	20H	CIÊNCIAS	40/16
2ª	GUARABIRA	EEEE. DESEMB.PEDRO BANDEIRA UTB.2034	JOÃO BOSCO CARNEIRO	MARCILENE CALIXTO NASCIMENTO	EFETIVO	20 H	PROGAMA PBA	40/16

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
2ª	GUARABIRA	EEEF. ANTONIO BENVINDO UTB.2048	JOÃO BOSCO CARNEIRO	PATRÍCIA BEZERRA BARBOSA	PS	20 H	HISTÓRIA	40/16
2ª	GUARABIRA	EEEFM. MONSENHOR EMILIANO DE CRISTO UTB.2025	JOÃO BOSCO CARNEIRO	RISOLEIDA UCHOA PONTES DE MELO	EFETIVO	20 H	INGLÊS E ARTE	40/16
3ª	ALAGOA GRANDE	EEEF MANOEL B. DE LUCENA	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	ELIVÂNIA RODRIGUES HIPÓLITO	PS	20 H	POLIVALENTE	12
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	MARIA DA PAZ DE LIMA	PS	20 H	CIÊNCIAS/BIOLOGIA	8
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	EDUARDO ALVES CARDOSO	PS	20 H	GEOGRAFIA	8
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	IVAMBERTO DOS SANTOS PINTO	PS	20 H	HISTÓRIA	8
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	ELZA MARIA VASCONCELOS DE MELO	PS	20 H	PORTUGUÊS	8
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	ADRIANA BARBOSA MONTEIRO	PS	20 H	MATEMÁTICA	8
3ª	ALAGOA GRANDE	CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CADEIA PÚBLICA DE ALAGOA GRANDE	HÉLIO BERNARDO DA SILVA JÚNIOR	PS	20 H	BIOLOGIA	8
5ª	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	MARIA DA GUIA DA SILVA	PEJA	20 H	ARTES	18
	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	LETÍCIA SOUZA RODRIGUES	PEJA	20 H	MATEMÁTICA	18
5ª	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	NÉRIA ABADIA BRADÃO DE FARIAS	PEJA	20 H	POLIVALENTE	20
5ª	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	EUDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	PEJA	20 H	HISTÓRIA	18
5ª	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	RODRIGO BRITO DE QUEIROZ	PEJA	20 H	INGLÊS	18
5ª	SERRA BRANCA	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	UNIDADE PRISIONAL DE SERRA BRANCA	JACI DE SOUSA MARACAJA	PEJA	20 H	PORTUGUÊS	18
5ª	MONTEIRO	EEEF SANTA FILOMENA	UNIDADE PRISIONAL DE MONTEIRO	ANA PAULA PEREIRA DE ANDRADE	PEJA	20 H	POLIVALENTE	20
5ª	MONTEIRO	EEEF SANTA FILOMENA	UNIDADE PRISIONAL DE MONTEIRO	DIOGO KLEBER DE FREITAS	PEJA	20 H	ARTES	18

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
5ª	SUMÉ	EEEFM PROFESSOR JOSÉ GOLÇALVES DE QUEIROZ	UNIDADE PRISIONAL DE SUMÉ	MARIA HELENA DA SILVA DE SOUSA	PEJA	20 H	POLIVALENTE	20
5ª	SUMÉ	EEEFM PROFESSOR JOSÉ GOLÇALVES DE QUEIROZ	UNIDADE PRISIONAL DE SUMÉ	MARIA VÂNIA DE FREITAS SILVA	PEJA	20 H	CIÊNCIAS	18
5ª	SUMÉ	EEEFM PROFESSOR JOSÉ GOLÇALVES DE QUEIROZ	UNIDADE PRISIONAL DE SUMÉ	SÔNIA MARIA CHAVES DE LUNA	PEJA	20 H	HISTÓRIA/GEOGRAFIA	18
	PATOS	EEEF CORIOLANO DE MEDEIROS	R. PEREGRINO DE ARAÚJO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-010	JOSÉ RONALDO SILVA DE ARAÚJO	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	L. PLENA EM PEDAGOGIA / EM CURSO	08 ALUNOS
6ª	PATOS	EEEF CORIOLANO DE MEDEIROS	R. PEREGRINO DE ARAÚJO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-010	RIANE MAGALHÃES MEDEIROS	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	L. PLENA EM PEDAGOGIA	12 ALUNOS
6ª	PATOS	EEEF CORIOLANO DE MEDEIROS	R. PEREGRINO DE ARAÚJO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-010	RIANE MAGALHÃES MEDEIROS	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	L. PLENA EM PEDAGOGIA	APOIO PEDAGÓGICO
6ª	PATOS			FALTA PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE/PRESÍDIO FEMININO		20H/A		
	PATOS			FALTA PROFESSOR DE SOC E FILOSOFIA/UNIDADES PRISIONAIS DE PATOS		20H/A		
6ª	PATOS	CEJA PROFª SUELY ESPÍNOLA	R. CAPITÃO CRISANTO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-090	IRAQUITÂNIA DA NÓBREGA ANDRADE	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	ESPECIALISTA EM HISTÓRIA	74 ALUNOS/AS
6ª	PATOS	CEJA PROFª SUELY ESPÍNOLA	R. CAPITÃO CRISANTO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-090	JOSÉ LEANDRO ASSIS ALMEIDA	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	LINCENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	74 ALUNOS/AS
6ª	PATOS	CEJA PROFª SUELY ESPÍNOLA	R. CAPITÃO CRISANTO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-090	LUCINEIDE NERES RODRIGUES	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	54 ALUNOS/AS

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
6ª	PATOS	CEJA PROFª SUELY ESPÍNOLA	R. CAPITÃO CRISANTO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-090	MARIA DO SOCORRO MAIA MEDEIROS	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	ESPECIALISTA LÍNGUA, LINGUISTICA E LITERATURA.	74 ALUNOS/AS
6ª	PATOS	EEEFM MONSENHOR MANOEL VIEIRA	PRAÇA EDVALDO MOTTA; S/N; CENTRO; 58.700-590	JOSÉ GEOVANY N. DA COSTA	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	LIN. EM CIÊNCIAS BIOLÓGICA	19 ALUNOS (AS)
	PATOS	CEJA PROFª SUELY ESPÍNOLA	R. CAPITÃO CRISANTO; S/N; SANTO ANTÔNIO; 58.701-090	KILDENN TADEU MORAIS DE LUCENA	PRESTADOR DE SERVIÇO	20H/A	BACHARELADO E LIN. EM EDUCAÇÃO FÍSICA	35 ALUNAS
6ª	PATOS	EEEFM CAIC-DR ROMERO ÁBDON QUEROZ DA NÓBREGA	PARQUE SÃO SEBASTIÃO; S/N; FREI DAMIÃO; 58.700-970	JOAQUIM SOARES NETO	PRESTADOR DE SERVIÇO	COMPLETANDO A CARGA HORÁRIA	LIN.PLENA EM HISTÓRIA/CORAL	10 ALUNAS
7ª	COREMAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE COREMAS	ZAYANE MACIEL DA SILVA	PEJA	20H	CIÊNCIAS	11
7ª	COREMAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE COREMAS	JOZELMA MARTINS DE SOUSA	PEJA	20H	HISTÓRIA	11
7ª	COREMAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE COREMAS	JOSÉ SERGIO DA SILVA CABRAL	PEJA	20H	GEOGRAFIA/INGLÊS	11
7ª	COREMAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE COREMAS	JACIARA LAURENTINA DA SILVA	PEJA	20H	PORTUGUÊS/ARTE	11
7ª	ITAPORANGA	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE COREMAS	DENIS DE ALMEIDA LACERDA	PEJA	20H	MATEMÁTICA	11
7ª	PIANCÓ	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE ITAPORANGA	ADELAIDE JUCA DE ARAÚJO	PEJA	20H	CIÊNCIAS	16
7ª	PIANCÓ	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE PIANCÓ	MARIA DO DETERRO DOS SANTOS FERREIRA	PEJA	20H	CIÊNCIAS	18
7ª	CONCEIÇÃO	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE PIANCÓ	ADÁLIA ISABEL ALEXANDRE BARREIRO	PEJA	20H	PORTUGUÊS/ARTE	18
7ª	CONCEIÇÃO	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CONCEIÇÃO	JANIEDSON LARANJEIRA DINIZ	PEJA	20H	POLIVALENTE	2

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
7ª	CONCEIÇÃO	CEJA	CEJA ITAPORANGA CADEIA PÚBLICA DE ITAPORANGA	ELIZABETE RICARTE DA SILVA	EFETIVO	20H	MATEMÁTICA	16
7ª	ITAPORANGA	CEJA	CEJA ITAPORANGA CADEIA PÚBLICA DE ITAPORANGA	GERALDA FARIAS BRASILEIRO	EFETIVO	20H	POLIVALENTE	2
7ª	ITAPORANGA	CEJA	CEJA ITAPORANGA CADEIA PÚBLICA DE ITAPORANGA	LUZIA MARTINS NEVES	EFETIVO	20H	GEOGRAFIA	16
8ª	CATOLÉ DO ROCHA	CEJA	PRESÍDIO PADRÃO MANOEL GOMES	DYANATAN CEZARIO DA SILVA	PS			
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	GLERYSTON PEREIRA DE SOUZA	PEJA	20 H	MATEMÁTICA	13, 11
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	MARAI ALDEÍDE RODRIGUES BEZERRA	PEJA	20 H	GEOGRAFIA	13, 11
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	JOSEFA FAUSTINO DA SILVA	PEJA	20 H	QUÍMICA	13, 12
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	PRISCILLA RISLAINY FERREIRA VARELO	PEJA	20 H	MATEMÁTICA	13, 13
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	RUBENILDO LIMEIRA DE SOUZA	PEJA	20 H	FILOSOFIA E SOCIOLOGIA	13, 14
-	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	RAIMUNDO SIMÃO DE LIRA	PEJA	20 H	POLIVALENTE	79
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	IANNY HARLEN REINALDO ALVES GOMES	PEJA	20 H	POLIVALENTE	79
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	NEREIDE LIMA DE LIRA	PEJA	20 H	POLIVALENTE	79
9ª	CAJAZEIRAS	CEJA	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	JOÃO BATISTA LINS	PEJA	20 H	POLIVALENTE	79
10ª	SOUSA	CEJA	COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DO SERTÃO	DANIEL FELICIO DA SILVA	EFETIVO	20H		22
10ª	SOUSA	CEJA	COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DO SERTÃO	DENISE CABRAL DA SILVA	EFETIVO	20H	GEOGRAFIA	22

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
10ª	SOUSA	CEJA	COLONIA PENAL AGRICOLA DO SERTÃO	ALDIR SILVA LEANDRO	EFETIVO	20H		22
10ª	SOUSA	CEJA	COLONIA PENAL AGRICOLA DO SERTÃO	MARIA DO DESTERRO MENDES FORMIGA	EFETIVO	20H	PORTUGUÊS	22
10ª	SOUSA	CEJA	COLÔNIA PENAL AGRICOLA DO SERTÃO	WILÂNDIO MENDES DE OLIVEIRA	EFETIVO	20H		22
	SOUSA	CEJA	COLÔNIA PENAL AGRICOLA DO SERTÃO	JOSICLEIDE MARIA DA SILVA OLIVEIRA	EFETIVO	20H		22
10ª	SOUSA	CEJA	COLONIA PENAL AGRICOLA DO SERTÃO	ALEXANDRA DA SILVA ARAÚJO	EFETIVO	20H		22
11ª	PRICESA ISABEL	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	CADEIA PÚBLICA PRICESA ISABEL	ANA CLÁUDIA DO NASCIMENTO	PS	20H	POLIVALENTE	12
11ª	PRICESA ISABEL	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	CADEIA PÚBLICA PRICESA ISABEL	MÉRCIA MARIA BARBOSA	PS	20H	POLIVALENTE	12
11ª	PRICESA ISABEL	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	CADEIA PÚBLICA PRICESA ISABEL	ROBERTO RODRIGUES BARBOSA	PS	20H	MATEMÁTICA	12
11ª	PRICESA ISABEL	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	CADEIA PÚBLICA PRICESA ISABEL	ALCILENE ARAÚJO DO AMARAL	PS	20H	HISTÓRIA	12
11ª	PRICESA ISABEL	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	CADEIA PÚBLICA PRICESA ISABEL	DEBORAH CRISTIANE DE SOUSA FERRAZ	PS	20H	CIÊNCIAS	10
12ª	PEDRAS DE FOGO	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE PEDRAS DE FOGO	ROBERTA KELLY PAIVA DOS SANTOS	PEJA	20H	POLIVALENTE	11
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	JOSÉ SÉRGIO GONDIM RAMOS	PEJA	20H	PORTUGUES	12
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	MARIA DAS DORES NETA	PEJA	20H	CIÊNCIAS	15
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	PEJA	20H	MATEMÁTICA	11
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DIAS	PEJA	20H	POLIVALENTE	11
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	LUZIÂNIA BATISTA DA SILVA	PEJA	20H	HISTORIA	11

GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCAL DE FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO) /TURNO	PROFESSOR	VINCULO	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	Nº ALUNOS
12ª	ITABAIANA	EEEF JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	CADEIA PUBLICA DE ITABAIANA	SÉRGIO ALMEIDA	PEJA	20H	INGLÊS	11
13ª	POMBAL	EEEF JOÃO DA MATA	CADEIA PÚBLICA DE POMBAL	MARCIO FERREIRA DE LIMA	PEJA	20 H	POLIVALENTE	15

Em cada Gerencia Regional de Educação existe um(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) para acompanhar as turmas e realizar tramites de documentação com o apoio da Coordenação de Educação em Prisões e da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos, que por sua vez, comunica-se com a técnica de referência da SEE na referida escola, e quando acontece deste aluno ser transferido para outra unidade prisional seus documentos escolares o acompanharão para que esse aluno possa prosseguir com seus estudos.

Os procedimentos adotados para a matrícula dos alunos ocorrem da seguinte forma:

- Divulgação da oferta de educação
- Levantamento do nível de escolaridade da população na unidade prisional
- Matrícula dos interessados de acordo com a demanda espontânea.
- Avaliação técnica pela a unidade prisional por meio do gestor e chefe de segurança para permissão e liberação do apenado para as aulas.

5.5 ARTICULAÇÃO E PARCERIAS

As articulações e parcerias desenvolvidas para as estratégias das ações realizadas pela SEE e SEAP, no sentido de uma maior integração da sociedade com o ambiente prisional, tem se baseado em visitas técnicas, realização de eventos, como encontro, oficinas, palestras para um trabalho de ação socioeducativa do ser humano, contando com intersetorialidade de alguns órgãos do Estado e participação das universidades, com ações de acompanhamento por meio de desenvolvimento de pesquisas nos ambientes das unidades, e com a formação docente e profissionais do Sistema, envolvendo a Escola Penitenciária. E em particular, a parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, por meio do Campus Universitário Avançado, instalado dentro

da Unidade Prisional “Serrotão” em Campina Grande, com desenvolvimento de diversos projetos com ações pedagógicas e de qualificação profissional, bem como parcerias com as instituições responsáveis pelas ações de qualificações nas unidades prisionais, quais sejam: FECOMERCIO/SENAC, FIEP/SENAI.

Como forma de socialização da culminância dos resultados dos projetos pedagógicos desenvolvidos no decorrer do semestre ou ano, são apresentados pelos alunos ao público interno e sociedade civil em geral, como fonte de informação sobre as ações socioeducativas realizadas nas unidades prisionais, em prol da elevação da aprendizagem, da auto estima e do desenvolvimento cognitivo, assim como, o benefício para a reintegração do cidadão para convívio social. Essa ação fortalece mais a aprendizagem, dando mais segurança ao apenado, ao mesmo tempo em que o empodera, quanto aos conhecimentos adquiridos no decorrer das sessões de estudos.

Em relação ao aproveitamento de mão de obra, a SEAP mantém a articulação e parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Educação, tendo como objetivo expandir a mão de obra de custodiados em regimes fechado e semiaberto à prestação de serviços de limpeza geral e manutenção predial, tão quanto, estimular os alunos do ensino médio a participar de atividades como concursos de redação e outras atividades ligadas ao desenvolvimento pedagógico.

6. FINANCIAMENTO

O financiamento para subsidiar a oferta da educação nas prisões do Estado da Paraíba tem sido do tesouro estadual, dos recursos do FUNDEB e do PAR por meio da Secretaria de Estado da Educação; do PBA/MEC/FNDE, do PEJA/MEC/FNDE e do ProJovem Prisional. Já para a ação de qualificação dos privados de liberdade, os recursos são oriundos da Secretária de Administração Penitenciária, envolvendo várias fontes de recursos.

No quadro abaixo demonstramos a distribuição do financiamento nos municípios onde existem Unidades Prisionais com oferta de educação, especificando a origem dos recursos.

	Municípios com Unidades Prisionais	Unidades Prisionais com oferta de Educação	Financiamento	
			Municipal	Estadual
1	João Pessoa	Sim		X
2	Santa Rita	Sim		X
3	Bayeux	Sim		X
4	Sapé	Sim		X
5	Guarabira	Sim		X
6	Itabaina	Sim		X
7	Pilar	Sim		X
8	Pedra de Fogo	Sim		X
9	Ingá	Sim		X
10	Campina Grande	Sim		X
11	Alagoa Grande	Sim		X
12	Patos	Sim		X
13	Itaporanga	Sim		X
14	Piancó	Sim		X
15	Coremas	Sim		X
16	Sousa	Sim		X
17	Pombal	Sim		X
18	Cajazeiras	Sim		X
19	S. João do Rio do Peixe	Sim		X
20	São José de Piranhas	Sim		X
21	Uiraúna	Sim		X
22	Catolé do Rocha	Sim		X
23	Princesa Isabel	Sim		X
24	Solânia	Sim		X
25	Sumé	Sim		X
26	Monteiro	Sim		X
27	São João do Cariri	Sim		X
28	Serra Branca	Sim		X
29	Mamanguape	Sim		X
30	Rio Tinto	Sim		X

- PAR - Plano de Ações Articuladas designa Recursos financeiros para a formação dos professores, gestores de unidades e dos profissionais que trabalham da segurança com a

educação nas prisões, acervo bibliográfico e elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões.

- Os recursos financeiros oriundos do programa de Alfabetização Brasil Alfabetizado são destinados a cobrir as ações com pagamento de bolsas dos alfabetizadores e coordenadores de turmas e tradutores e Intérprete de LIBRAS; aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar dos alfabetizandos; aquisição de material escolar; aquisição de material pedagógico; assistência técnica, incluindo monitoramento e avaliação do Programa.
- Recursos do PEJA com a finalidade de ampliar o atendimento da EJA nas Unidades Prisionais, no sentido de garantir com os recursos a manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício de 2012, contribuindo para a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos, especialmente, aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais, atendendo as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais, em conformidade com o estabelecido pelo Decreto nº 7.626/2011. Remuneração docente; Formação continuada; Aquisição de Material escolar para alunos e para professores; Aquisição ou produção e impressão de livros didáticos ou produção e impressão de livros didáticos para alunos e professores; transporte escolar para alunos e gênero alimentício, destinados ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alunos matriculados e com frequência regular.
- A prestação de contas dos recursos utilizados tanto para execução do Programa de Alfabetização como para o PEJA, abarca a totalidade dos recursos recebidos, incluindo os rendimentos financeiros e deverá ser enviada ao FNDE pelos estados, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC – Contas Online), conforme as determinações do período da prestação e na forma da Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012 e alterações posteriores.
- PROJÓVEM PRISIONAL, desenvolvido nas unidades prisionais, destinado à conclusão do Ensino Fundamental, com duração de 18 meses, e com uma carga horária de mil e duzentas horas. A proposta pedagógica abarca três eixos: a educação básica, participação cidadã e qualificação profissional. Os recursos financeiros são oriundos do

MEC/FNDE, destinados a pagamento de professores, aquisição de material didático e realização da formação continuada.

- O Monitoramento dos recursos financeiros é realizado pelos órgãos de controle social e análise de prestação de contas.
- A inserção das matrículas dos alunos e no SIMEC e no Censo Escolar garante os recursos do FUNDEB para Merenda Escolar e distribuição de Material Didático e Literário, conforme garante a Resolução CNE/CEB nº 02/2010.
- Com o objetivo de garantir as informações da oferta da educação nas unidades para acesso dos interessados em estudar, os educadores, juntamente com as unidades prisionais fazem a divulgação junto aos privados e realizam as matrículas dos interessados.

7. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL

Como ainda não temos uma escola especificamente para atender a demanda da Educação nas Prisões, hoje trabalhamos com os Centro de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino fundamental anos finais e Ensino Médio, por entendermos que a metodologia trabalhada nos CEJAs se aplica ao Sistema Prisional, atendendo às peculiaridades do tempo, espaços e a rotatividade da população específica, levando em consideração a flexibilidade prevista no art. 23 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e da legislação específica para a oferta da Educação nas Prisões.

No que se refere à oferta da Alfabetização, é um estágio inicial para um processo mais amplo de escolarização, assegurando as pessoas o direito de desenvolver suas habilidades de leitura e escrita, promovendo condições de melhoria de acesso à cultura letrada e sua participação cidadã, utilizando seu aprendizado nos mais diferentes espaços e situações cotidianas. E na perspectiva do atendimento às necessidades de alfabetização nas unidades do sistema prisional, o Governo do Estado tem, por meio do Programa Brasil Alfabetizado levado essa ferramenta de de aprendizagem de crescimento pessoal e intelectual.

No que tange ao Ensino Fundamental, anos iniciais, as turmas formadas, no caso da primeira Região, os alunos são matriculados na Unidade Maria Julia Maranhão (nome correto), bem como em Campina Grande que também possui uma unidade escolar no presídio. Como nos outros municípios não temos escolas próprias, então ligamos as turmas a uma escola que oferta a

Educação de jovens e adultos, anos iniciais. As estratégias de continuidade da escolaridade dos alunos que saem do Programa de Alfabetização é a efetivação imediata das matrículas na EJA.

O planejamento da oferta da Alfabetização, Ensino Fundamental, Médio e Projovem Prisional é baseado no levantamento, realizado pela Secretaria de Educação articulada com a Secretaria de Administração Penitenciária, da demanda existente nas unidades e dos espaços disponíveis para o atendimento.

Existe a perspectiva de implantar a modalidade de Educação a Distância com objetivo de aumentar o atendimento ao ensino médio que ainda estamos trabalhando de forma muito tímida, em virtude de pouco espaço disponível nas unidades.

A lei de execução penal determina que o preso tem direito à escolarização, trabalho e formação profissional. Contudo, constata-se que na estrutura física das prisões não prevê espaço para estas atividades. Carecendo urgente de Construção de Unidade Escolar nas Prisões, com sala de aulas, laboratório, biblioteca e demais espaços necessários a uma unidade escolar, que atenda a demanda existente da população carcerária e suas necessidades de aprendizagem.

8. ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO FORMAL E DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Não se pode desconhecer que a educação tem um papel fundamental na vida do ser humano, no que diz respeito à formação para o desenvolvimento do ser humano ao longo da vida, quando estimula a capacidade crítica de diálogo, de argumentação, de interação no meio e amplia a capacidade dos conhecimento para a qualificação profissional, ampliando as possibilidades para o mundo do trabalho.

Para garantir o acesso à formação profissional, a Secretaria de Estado da Administração tem investido nas parcerias e convênios com diversas instituições, para ampliar a oferta de variados cursos de qualificação, como mostra o quadro abaixo, acreditando nas possibilidades de aumento de mudanças e perspectivas de conseguir com mais facilidade um emprego ou fonte de geração de rendas que os apenados adquirem ao possuir uma qualificação profissional. Entre o período de 2012 a 2014 foram oferecidos cursos profissionais atendendo em média a 700 privados de liberdade

..

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
ANO	REEDUCANDOS BENEFICIADOS
2011/2012	536
2013	541
2014	167

Oferta de Educação Não Formal 2015

ATIVIDADES OFERECIDAS	LOCAL	PARCERIAS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	NÚMERO DE ALUNOS
Pintor de Obras	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pedreiro de Alvenaria	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR GERALDO BELTRÃO	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Estampador de Tecido	PENITENCIÁRIA FEMININA JÚLIA MARANHÃO	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	PENITENCIÁRIA ROMEU GONÇALVES ABRANTES - PB1	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica	PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA HITLER CANTALICE	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16

Mecânico de Motocicletas	COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DE SOUSA	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CATOLÉ DO ROCHA	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE SANTA RITA	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Confeccionador de Bolsas em Couro e Material Sintético	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE GUARABIRA	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Montador de Móveis	PENITENCIÁRIA RAYMUNDO ASFORA - SERROTÃO	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Estampador de Tecido	PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINA GRANDE	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Pintor de Obras	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAMPINA GRANDE	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE PATOS	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Agente de Limpeza e Conservação	Penitenciária Feminina de Patos	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAJAZEIRAS	SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Confeccionador de Bijuterias	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	SENAI	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
Montador de Móveis	PRESÍDIO REGIONAL DE SAPÉ	SENAC	Qualificar os apenados para o mundo do trabalho e sua reinserção na sociedade	16
TOTAL				272

Para o período de 2015 a 2016, a Secretaria de administração Penitenciária com a Secretaria de Educação de Estado apresenta as Metas para a qualificação profissional Por Estabelecimento.

CURSOS	ESTABELECIMENTO PENAL	OFERTA PARA 2016
Curso de Pedreiro e Alvenaria	Penitenciária de Segurança Máxima Romeu Gonçalves Abrantes (PB1)	30 vagas
Curso de Piscicultura	Penitenciária Geraldo Beltrão	30 vagas
Curso de Costura Industrial	Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão	30 vagas
Curso de Prótese Dentária	Penitenciária Desembargador Sílvio Porto	30 vagas
Curso de Pedreiro de Alvenaria	Penitenciária de Segurança Média Hitle Cantalice	30 vagas
Curso de Premoldado	Colônia Penal Agrícola de Sousa	30 vagas
Curso de Artesanato em Madeira	Penitenciária Padrão de Catolé do Rocha	30 vagas
Curso de impressor Serigráfico	Penitenciária Padrão de Santa Rita	30 vagas

Curso de Confeccionador de sandálias em Couro e Material Sintético	Penitenciária Padrão de Guarabira	30 vagas
Curso de Operador de Micro	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	30 vagas
Curso de Confeccionador de Artesanato e Bonecas de pano	Penitenciária Feminina de Campina Grande	30 vagas
Curso de Confeitaria	Penitenciária Padrão de Patos	30 vagas
Curso de Cuidador de Idosos	Penitenciária Feminina de Patos	30 vagas
Curso de Mecânica de Motocicletas	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	30 vagas
Curso de Agente de Limpeza e Conservação	Penitenciária Feminina de Cajazeiras	20 vagas
Curso de Montador	Penitenciária Padrão de Campina Grande	30 vagas

de Móveis		
Curso de Impressor serigráfico	Presídio Regional de Sapé	20 vagas

Para realização dos cursos de Educação não formal, atendendo as necessidades, é necessário:

- que as unidades disponham de espaços para as oficinas e cursos
- que as unidades possuam laboratório para atender a especificidade da qualificação;
- que a SEAP garanta as parcerias e convênios adequados a realização dos cursos;
- que a SEAP garanta em seu planejamento orçamentário os recursos necessários para a realização dos cursos;
- que exista uma compatibilidade de horário da educação formal e educação não formal e que seja respeitado.
- que haja uma articulação SEAP e da SEE no oferecimento dos cursos não formais, para uma melhor articulação pedagógica na Educação Básica.

9. FORMAÇÃO CONTINUADA PRIMEIRA ETAPA E FORMAÇÃO CONTINUADA DAS DEMAIS ETAPAS

O direito a educação das pessoas adultas que se encontram em prisões é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, conforme preconiza o art. 205. Na busca de uma educação de qualidade uma das ações prioritárias refere-se à formação continuada de profissionais que atuam em prisões, com o olhar voltado para a especificidade dos sujeitos privados de liberdade. A ação de formação possibilitará a compreensão de uma concepção de educação que busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos. Com o objetivo de contribuir para esse entendimento a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos e em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária realizará em encontros de formação com o

intuito de desenvolver um programa sistemático de formação continuada para professores e a agentes sociais que atuam em prisões. Neste sentido, para 2013, adotar-se-á como tema central A prática educativa voltada à especificidade da Educação em prisões, subdividida em três eixos temáticos: o aspecto legal, a dimensão do Currículo e a organização do Trabalho pedagógico.

O processo formativo será coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, por meio da Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, sob a orientação de quatro formadores e palestrantes conhecedores da temática.

Ao final de cada ano para fechar o processo formativo será realizado um seminário que terá como foco a discussão e avaliação desenvolvimento das ações durante o ano em curso

10. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATENDIMENTO À DIVERSIDADE:

Hoje o currículo trabalhado na Educação em Prisões é o currículo da Educação de Jovens e adultos com metodologias de projetos e temáticas adotadas de acordo com os eixos norteiam a Educação no Estado da Paraíba, que contempla toda diversidade.



11. CERTIFICAÇÃO

Os Exames de certificação nacionais, ENEM e ENCCEJA, ainda são realizados nas unidades de forma muito tímida, uma vez que um dos pré-requisitos para a inscrição é possuir o CPF e como muitos apenados não possuem documentos, fica difícil até de fazer o CPF, como já houve em uma ação de cidadania, para a retirada do CPF. Contudo, para a realização dos exames estaduais, a procura tem sido bem maior.

As estratégias de divulgação das inscrições para os exames de certificação serão feitas através dos próprios professores, os quais se responsabilizam com ajuda do agente de realizar as inscrições, para garantir que a população interessada possa participar do processo.

	DADOS DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA			
	2011	2012	2013	2014
Reeducandos inscritos no Supletivo	730	740	751	***
Reeducandos inscritos no Encceja	***	***	218	415
Reeducandos inscritos no ENEM	51	263	290	524

12. INFRAESTRUTURA

Atualmente existem 41 Unidades Prisionais no Estado da Paraíba desenvolvendo atividades de educação. A maior dificuldade enfrentada é a falta de espaço para a implantação das salas de aulas e o atendimento nos níveis de ensino da necessidade da população privada de liberdade. A demanda é muito grande, porém não podemos atender, adequadamente com a necessidade em virtude da falta de infraestrutura.

Em relação à biblioteca e espaços para leitura existem 02 (duas) unidades com biblioteca e 18 (dezoito) unidades com salas/espços a leitura, contendo acervo de obras disponibilizadas para a população carcerária com o intuito de incentivar a leitura e formação de leitores. As Unidades Prisionais passam por um novo momento, onde se pretende criar, organizar, adquirir e renovar o

acervo bibliográfico. A definição do papel da Biblioteca caracteriza a importância de sua existência, dentro dos preceitos de modernidade, como instrumento para a inserção adequada de nosso país na Sociedade da Informação. Ao exercer seu papel social e informativo, a biblioteca contribui de forma eficaz para a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que são desprovidos dela.

Disseminar a informação e o saber entre os indivíduos reclusos, incentivar a leitura e as técnicas de construção dela no ato educacional, justificam seu papel como de fundamental importância no processo educacional nas prisões.

Todas as atividades educacionais e de treinamento para adultos e jovens, da alfabetização ao desenvolvimento profissional dentro das penitenciárias, constitui a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões, abrangendo pessoas reclusas que não sabem ler ou escrever ou que não concluíram o ensino fundamental.

Tendo em vista o papel social da biblioteca junto à Educação de Jovens e Adultos oferecida ao sistema prisional coloca-se um desafio e desenvolver trabalhos de estímulo à leitura para construção do processo reflexivo dos reeducandos presidiários.

No ambiente social brasileiro, em se tratando da questão penal, desde 1984 a LEP – Lei nº7.210 (Lei de Execuções Penais) – estabelece que todo estabelecimento prisional deve assegurar a oferta de atividades educacionais (artigo 20) e biblioteca (artigo 21) aos seus internos, como parte das garantias de direito que o estado reconhece, mediante os compromissos internacionais.

Textualmente, o artigo 20 dispõe: *As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.*

Em 2010, nova lei (nº 12.245, de 24 de Maio de 2010) em acréscimo à LEP a fim de garantir a instalação de salas de aulas como espaço específico e permanente nas prisões, plenamente justificada. E, estipula no artigo 21 da LEP, referente à biblioteca, quando estipula: *Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.* Para que as políticas de incentivo à leitura sejam aplicadas nos espaços de biblioteca, estratégias estão sendo realizadas para a obtenção e renovação do acervo bibliográfico como campanhas de arrecadação de obras e parcerias firmadas à longo prazo para que doações sejam recebidas constantemente.

13. MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO

Atualmente estamos atendendo com atividades educacionais a 40 unidades prisionais e todos os educandos e educandas recebem um kit básico de material didático. Antes da distribuição esse kit é passado pela avaliação do gestor da unidade, para saber o que poderá entrar naquela unidade, considerando que cada uma tem sua especificidade, baseada em sua realidade. Todos matriculados possuem o direito a receber também o seu livro didático, fornecido pelo PNLDEJA, e no caso do PROJOVEM, os livros são fornecidos pelo próprio Programa Coordenação Geral do Programa. Para a distribuição do fardamento é que ainda nos deparamos com uma dificuldade. E como em determinada unidade há a exigência de que o aluno para participar das aulas precisam estar fardado, porque isso é uma forma de identificação do aluno. Assim, entendemos que garantir o fardamento é uma necessidade.

A biblioteca instalada nas unidades é de uma importância ímpar, pois além de garantir a participação dos apenados ao acesso à leitura, também podemos estender esse benefício para os familiares, incluindo os filhos, inclusive por ocasião das visitas.

Essas bibliotecas e salas de leitura precisam também possuir uma equipe para orientar os apenados e fazer os registros necessários de controle de saída e entrada de livros, além de manter o desenvolvimento de projetos de leituras na unidade. Os detentos com habilidades poderão estar contribuindo nas atividades das bibliotecas, como monitores.

Com o objetivo de garantir a disseminação do ato de ler nos presídios precisamos garantir que até 2016 tenhamos um espaço de sala de leitura ou biblioteca nas unidades que atendam não só à comunidade privada de liberdade, mas a seus familiares também. Inclusive que seu acervo contemple a literatura infantil para assegurar às crianças filhos da comunidade privada de liberdade o direito de acesso a leitura também.

OFERTA DE SALA DE LEITURA/BIBLIOTECA

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
1	Unidade Prisional Flósculo da Nóbrega	Não	***
2	Unidade Prisional Geraldo Beltrão	Sim	950
3	Unidade Prisional Júlia Maranhão	Sim	1500
4	Unidade Prisional Silvío Porto	Não	***
5	Unidade Prisional Romeu Gonçalves de Abrantes	Sim	2000
6	Instituto de Psiquiatria Forense (IPF)	Não	***
7	Unidade Prisional Hitler Cantalice	Sim	1900
8	Unidade Prisional Padrão de Santa Rita	Sim	900
9	Unidade Prisional Cadeia de Santa Rita	Não	***
10	Unidade Prisional de Sapé	Sim	1700

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
11	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	Não	***
12	Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras	Não	***
13	Cadeia Pública de São José de Piranhas	Não	***
14	Cadeia Pública de São João do Rio do Peixe	Não	***
15	Cadeia Pública de Uiraúna	Não	***
16	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	Sim	3100
17	Penitenciária Padrão de Campina Grande	Não	***
18	Penitenciária Feminina de Campina Grande	Não	***
19	Penitenciária Vicente Claudino de Pontes (Guarabira)	Não	***
20	Penitenciária João Bosco Carneiro (Guarabira)	Sim	800
21	Cadeia Pública de Alagoa Grande	Não	***
22	Penitenciária Romero Nóbrega - Patos (Masculino)	Não	***
23	Presídio Regional Feminino e Casa de Albergue de Patos	Não	***
24	Cadeia Pública de Itabaiana	Não	***
25	Cadeia Pública de Pedras de Fogo	Não	***

Item	Unidade	Possui Biblioteca/Sala de Leitura (sim ou não)	Acervo
26	Cadeia Pública de Pilar	Não	***
27	Cadeia Pública de Ingá	Não	***
28	Cadeia Pública de Itaporanga	Não	***
29	Cadeia Pública de Monteiro	Não	***
30	Cadeia Pública de Serra Branca	Não	***
31	Cadeia Pública de Sumé	Não	***
32	Cadeia Pública de São João do Cariri	Não	***
33	Presídio de Catolé do Rocha	Sim	1000
34	Cadeia Pública de Princesa Isabel	Não	***
35	Presídio Colônia Penal de Sousa	Sim	800
36	Cadeia Pública de Pombal	Não	***
37	Cadeia Pública de Santa Luiza	Sim	400
38	Cadeia Pública de Teixeira	Não	***
39	Cadeia Pública de Malta	Não	***

14. REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO

A remição da pena pelo estudo assegurada pelos direito estabelecidos na lei nº 12.433/11, tem sido concedida, no Estado da Paraíba, baseada nos registros de participação das aulas, tendo como base o Diário de classe e acompanhamento do aluno. As declarações de participação nas aulas são emitidas com base no nível de conhecimento do educando ou da educanda, pela gestora da unidade educacional, responsável pela matrícula dos alunos e com base nos registros dos professores que desenvolvem as atividades com os alunos e mantém os registros atualizados e anuência do Gestor da Unidade. Considera-se para a remição por meio dos estudos: a alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, que esteja cursando ou que tenha concluído, mesmo que essa conclusão seja por meio dos Exames, obedecendo a legislação que rege a remissão.

A remição pelo estudo é direito de todo estudante privado de liberdade, regularmente matriculados com permanência às aula, contando conforme a Lei n º 12.433, de 29 de junho de 2011,

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias do trabalho.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação

No que se refere à remição pelo trabalho, a declaração para a remição é emitida pela Gerência de Ressocialização da SEAP, com base nos registro de acompanhamento.

15. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento dos apenados e apenadas é realizado por meio de registros, realizados pelos educadores e o monitoramento com relatórios realizados pela coordenação pedagógica da

Educação em Prisões da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária por meio da Gerência de Ressocialização.

As avaliações são realizadas de diversas formas, utilizando instrumentos adequados.

O controle de registro de frequência às atividades educacionais também são mantidos nas unidades nas quais os apenados pertencem.

16. PLANO DE AÇÃO

Este plano de ação contribuirá para a universalização da alfabetização da população carcerária e continuidade da escolaridade, com metas previstas a serem desenvolvidas no período de 2016 a 2017, tendo como resultado direto a elevação da escolaridade dessa população no Estado da Paraíba e, conseqüentemente a do Brasil, assim como, contribuirá, por meio da educação, para a diminuição dos índices de reincidência criminal (cerca de 7.886, segundo a INFOPEN, 2011) no Estado, resultantes de um conjunto de fatores, próprios da falta de condições de vida, de qualificação e de trabalho, que instigam a vulnerabilidade ao retorno à criminalidade. Este Plano abrange ações de educação e qualificação para formação humana do cidadão e conseqüentemente possibilitar condições de reinserção desse público aos direitos da vida social.

Entre as ações que deveremos implementar, estão a melhoria da infraestrutura das salas de aula do sistema penitenciário com a necessidade de construção de unidade escolar, para ampliação da oferta da

escolaridade, o oferecimento da qualificação profissional, a formação continuada dos profissionais da Educação e dos agentes prisionais, a implantação de laboratórios de informática e de Bibliotecas, Implantação de projetos com ações de educação formais e não formais, inclusive o projeto de leitura, entre outras. Para o desenvolvimento dessas ações contamos com os fomentos das duas Secretarias envolvidas, do FUNDEB, do PBA/MEC/FNDE, do PEJA/MEC/FNDE, do PAR, da Gestão da Agenda Territorial, de instituições como as Universidades e de outras instituições que se disponibilizarem a colaborar.

17. REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO

A remição da pena pelo estudo assegurada pelos direito estabelecidos na lei nº 12.433/11, tem sido concedida, no Estado da Paraíba, baseada nos registros de participação das aulas, tendo como base o Diário de classe e acompanhamento do aluno. As declarações de participação nas aulas são emitidas com base no nível de conhecimento do educando ou da educanda, pela gestora da unidade educacional, responsável pela matrícula dos alunos e com base nos registros dos professores que desenvolvem as atividades com os alunos e mantém os registros atualizados e anuência do Gestor da Unidade. Considera-se para a remição por meio dos estudos: a alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, que esteja cursando ou que tenha concluído, mesmo que essa conclusão seja por meio dos Exames, obedecendo a legislação que rege a remissão.

A remição pelo estudo é direito de todo estudante privado de liberdade, regularmente matriculados com permanência às aulas, contando conforme a Lei n º 12.433, de 29 de junho de 2011,

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias do trabalho.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação

No que se refere à remição pelo trabalho, a declaração para a remição é emitida pela Gerência de Ressocialização da SEAP, com base nos registros de acompanhamento.

18. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento dos apenados e apenadas é realizado por meio de registros, realizados pelos educadores e o monitoramento com relatórios realizados pela coordenação pedagógica da Educação em Prisões da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária por meio da Gerência de Ressocialização.

As avaliações são realizadas de diversas formas, utilizando instrumentos adequados.

O controle de registro de frequência às atividades educacionais também são mantidos nas unidades nas quais os apenados pertencem.

19. PLANO DE AÇÃO

Este plano de ação contribuirá para a universalização da alfabetização da população carcerária e continuidade da escolaridade, com metas previstas a serem desenvolvidas no período de 2016 a 2017, tendo como resultado direto a elevação da escolaridade dessa população no Estado da Paraíba e, conseqüentemente a do Brasil, assim como, contribuirá, por meio da educação, para a diminuição dos índices de reincidência criminal (cerca de 7.886, segundo a INFOPEN, 2011) no Estado, resultantes de um conjunto de fatores, próprios da falta de condições de vida, de qualificação e de trabalho, que instigam a vulnerabilidade ao retorno à criminalidade. Este Plano abrange ações de educação e qualificação para formação humana do cidadão e conseqüentemente possibilitar condições de reinserção desse público aos direitos da vida social.

Entre as ações que deveremos implementar, estão a melhoria da infraestrutura das salas de aula do sistema penitenciário com a necessidade de construção de unidade escolar, para ampliação da oferta da escolaridade, o oferecimento da qualificação profissional, a formação continuada dos profissionais da Educação e dos agentes prisionais, a implantação de laboratórios de informática e de Bibliotecas, Implantação de projetos com ações de educação formais e não formais, inclusive o projeto de leitura, entre outras. Para o desenvolvimento dessas ações contamos com os fomentos das duas Secretarias envolvidas, do FUNDEB, do PBA/MEC/FNDE, do PEJA/MEC/FNDE, do PAR, da Gestão da Agenda Territorial, de instituições como as Universidades e de outras instituições que se disponibilizarem a colaborar.

META I – AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DE EDUCAÇÃO FORMAL

1. Ações que serão desenvolvidas prevendo os resultados

- 1.1. Quantidade de presos (as) matriculados (as) na educação básica e no ensino superior em 2015, 2016 e 2017

2015 – 2017, sendo:

- Educação Básica Nível Fundamenta e Alfabetização – 1.650
 - Nível Médio – 400
 - Ensino Superior: 20 (EAD no Hitler Cantalice e Unidade Prisional Silvio Porto)
- **2016 - 2484**
 - Educação Básica Nível Fundamental e Alfabetização – 1.950
 - Nível Médio (incluindo turmas do PROEJA)– 500
- **2017 - 2684**
 - Educação Básica Nível Fundamental e Alfabetização – 2335
 - Nível Médio (incluindo turmas do PROEJA)– 700

1.2. Percentual de crescimento no número de matrículas na educação básica e no ensino superior em 2015 e 2016:

- Educação Básica Nível Fundamental e nível médio – 35%,
- Ensino Superior, como ainda não há atendimento, existe a perspectiva de atender 50 presos em 2015;

1.3. .Percentual de crescimento no número de estabelecimentos com oferta, até 2016:

35% de crescimento de atendimento em estabelecimentos;

1.4. Percentual de crescimento no número de estabelecimentos com oferta, até 2017:

30 % de crescimento de atendimento em estabelecimentos

1.5. Quantidade de estabelecimentos com oferta de educação básica até 2017:
50 unidades

1.5 Ações

Durante o período de 2012 a 2014, embora tenha ocorrido ampliação da oferta da educação formal para o Sistema Prisional, isso se deu com atendimento a novas unidades prisionais, mas não foram construídas, nesse período, novas salas de aula.

Para o período de 2015 a 2017, as meta expostas no quadro abaixo são determinantes para o atendimento da demanda da população carcerária, no sentido de assegurar o direito à educação, trabalho, cultura e saúde desse público.

a)

Ação	Estabelecimento Penal	Quantidade	Cronograma		
			2015	2016	2017
Construção de sala de aula	1.Penitenciária Flóscolo da Nóbrega	02	01	01	
	2.Penitenciaria Silvio Porto	01	-	01	
	3.Instituto de Psiquiatria Forense	01	-	01	
	4.Penitenciaria Feminina de Campina Grande	02	01	01	
	5.Penitenciária Regional Padrão de Campina grande	02	01	01	
	6.Penitenciaria padrão de Cajazeiras	01	-	01	
	7.Penitenciaria Feminina de Cajazeiras	01	-	01	
	8.Presídio regional de Sapé	02	01	-	
	9.Penitenciário João Bosco				
	10.Carneiro Guarabira	01		01	
	11.Cadeia pública de Ingá		-	01	
	12.Cadeia pública de Pedras de Fogo	01	01	01	
	13.Cadeia Pública de Pilar	01	-	01	
	14.Cadeia Pública de Itabaiana	02	01		
	15.Cadeia Pública de princesa Isabel	01	-	01	
	16.Centro de Reeducação				
	17.Feminina Júlia Maranhão	02	01	01	
	18.Penitenciaria dês. Geraldo				
	19.Beltrão João pessoa	02	01	01	
	20.C				
	21.Penitenciaria Padrão Romero Nóbrega Patos (Feminino)	02	01	01	
	Penitenciaria Padrão Romero Nóbrega Patos (Masculino)	01	-	01	
	22.Penitenciário Padrão Santa Rita	02	-	01	
	23.Cadeia pública de Bayeux	01	-	01	
	24.Cadeia Pública de Juazeirinho	01	-	01	
	25.Cadeia Pública de Monteiro	01	-	01	
	26.Cadeia Pública de Pombal	01	-	01	
	27.Cadeia Pública de Soledade	02	-	01	
	28.Cadeia Pública de Teixeira	02	-	01	
	29.Cadeia Pública de Alhandra	01	-	01	
	30.Cadeia Pública de Areia	01	-	01	
31.Cadeia Pública de Belém	01	-	01		

	32.Cadeia Pública de Catolé do Rocha	01	-	01	
	33.Cadeia Pública de Esperança Cadeia Cuité	01	-	01	
	34.Cadeia Pública Conceição	01		01	
	35.Cadeia Pública de Itaporanga	01	-	01	
	36.Cadeia Pública de Pocinhos Picui	01	-	01	
Reforma de sala	1.Penitenciária Flóscolo da Nóbrega	02		02	
	2.Penitenciário Padrão Santa Rita	01		01	
	3.Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão	01		01	
Construção de Unidade Escolar	Centro de Reeducação Feminina Maria Julia Maranhão				01
	Penitenciária Silvio Porto				01
	Penitenciária Padrão Romero da Nóbrega - Patos				01
	Penitenciaria Feminina de Cajazeiras				01

b)

Ação	Estabelecimento Penal	Quantida de	Cronograma		
			2015	2016	2017
Aquisição de carteiras	1550 carteiras, distribuídas em todas as unidades prisionais, de acordo com a demanda.	1750	800	750	200
Aquisição de conjunto para	25 mesas e 25 cadeiras, de acordo com a demanda.	31	20	05	06

professor (mesa e cadeira)					
Abertura de novas turmas	De acordo com a construção de novas salas	73	28	41	04
Contratação de Educadores temporários	De acordo com a necessidade das unidades em todo o Estado	292	80	104	108
Educadores Concursados	De acordo com a identificação do Educador com a ação no Sistema.				
Contratação de agentes penitenciários	De acordo com a necessidade das unidades prisional	225	150	50	25
Contratação de pedagogos	De acordo com a necessidade das unidades prisional em todo Estado.	21	16	04	01
Oferta (Implantação) de polo de Educação a Distância com atendimento de Educação Básica e Superior.	De acordo com Instalação de Laboratórios de Informática	05	01	02	02

META II – AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

2. Resultados previstos

2.1. Quantidade de presos e presas envolvidos em atividades de educação não formal:

2015 – 272

2016 – 490

2017 - 880

2.2. Percentual de crescimento no número de presos e presas envolvidas em atividades de educação não formal: 80%

2.3. Quantidade de estabelecimentos com oferta de educação não formal:

2015 – 17 Estabelecimentos

2016 – 17 Estabelecimentos

2017 – 23 Estabelecimento

2.4. Ações

AÇÕES	CRONOGRAMA		
	2015	2016	2017
Fomentação de oficinas de capacitação em trabalhos artísticos e artesanatos e habilidades manuais voltados á ocupação e qualificação dos reeducandos;	X	X	X
Fomentação de oficinas de músicas e teatro, arte e leituras com finalidade de incluir o mundo artístico cultural na vida dos privados de liberdade.	X	X	X
Ampliação das parcerias com estabelecimentos e feiras que possibilitem a exposição de comercialização dos artesanatos produzidos pelos reeducandos;	X	X	X

Planejamento trimestral no interior das unidades prisionais entre as equipes de saúde e educação com objetivo de promover atividades educativas na prevenção, esclarecimentos e cuidados relacionada à higiene pessoal, higiene de ambientes e a saúde.	X	X	X
Estabelecimento de parceria com Ministério Público e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano para confecção de documentos pessoais dos reeducandos facilitando com isso o ingresso dos mesmos em projetos e programas voltados a educação	X	X	X
Projeto Remição pela Leitura	X	X	X

META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3. Resultados previstos

- 3.1. Quantidade de presos(as) matriculadas em cursos de qualificação profissional:
490 Presos
- 3.2. Percentual de crescimento no número de presos(as) matriculadas em cursos de qualificação profissional: 80%
- 3.3. Quantidade de unidades prisionais com oferta de qualificação profissional: 17

O atendimento está posto na educação não formal (cursos profissionais de curta duração)

3.5 . Ações

AÇÃO	UNIDADE PENAL	QUANTIDADE DE CURSOS	CRONOGRAMA		OBSERVAÇÃO
			2015	2016	
Levantamento e análise da demanda existente.	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR GERALDO BELTRÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA FEMININA JÚLIA MARANHÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA ROMEU GONÇALVES ABRANTES - PB1	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA HITLER CANTALICE	1	X	X	
	COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DE SOUSA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CATOLÉ DO ROCHA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE SANTA RITA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PARDÃO DE GUARABIRA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA RAYMUNDO ASFORA - SERROTÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINA GRANDE	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAMPINA GRANDE	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE PATOS	1	X	X	
	Penitenciária Feminina de Patos	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAJAZEIRAS	1	X	X	
CADEIA PÚBLICA DE	1	X	X		

AÇÃO	UNIDADE PENAL	QUANTIDADE DE CURSOS	CRONOGRAMA		OBSERVAÇÃO
			2015	2016	
Organização dos aspectos administrativos e pedagógicos dos cursos			X	X	Sob responsabilidade das Instituições que realizarão os cursos
Formação dos Professores			X	X	A formação acontecerá por contratação de instituição formadora para todos os professores envolvidos
Criação de indicadores de acompanhamento e avaliação			X	X	Frequência, participação, resultados das avaliações durante cursos e aulas, permanência, número de aprovação. O acompanhamento se dará em todas as unidades que estarão oferecendo aulas e cursos.

AÇÃO	UNIDADE PENAL	QUANTIDADE DE CURSOS	CRONOGRAMA		OBSERVAÇÃO
			2015	2016	
Implantação e implementação dos cursos	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR GERALDO BELTRÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA FEMININA JÚLIA MARANHÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA ROMEU GONÇALVES ABRANTES - PB1	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA HITLER CANTALICE	1	X	X	
	COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DE SOUSA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CATOLÉ DO ROCHA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE SANTA RITA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE GUARABIRA	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA RAYMUNDO ASFORA - SERROTÃO	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINA GRANDE	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAMPINA GRANDE	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE PATOS	1	X	X	
	Penitenciária Feminina de Patos	1	X	X	
	PENITENCIÁRIA PADRÃO DE CAJAZEIRAS	1	X	X	
	CADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS	1	X	X	
PRESÍDIO REGIONAL DE SAPÉ	1	X	X		
Acompanhamento e Avaliação			X	X	O acompanhamento e avaliação se dará pelas Instituições que estarão realizando os cursos.

META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE

CERTIFICAÇÃO

1. Resultados obtidos/previstos

A realização dos exames nas unidades prisionais garante aos jovens e adultos o direito de certificar os seus conhecimentos, possibilitando-os a oportunidade de continuidade de sua escolaridade e habilitando-os à certificação para o mundo do trabalho ao ganharem a liberdade. Como cita o Educador Paulo Freire "ao se pensar na educação da pessoa em privação de liberdade não se pode deixar de considerar que todo ser humano é um ser inacabado, incompleto, que se constitui ao longo de sua existência". Os exames tem sido cada vez mais procurados pelos privados, visto que nas unidades não existem salas de aula suficiente para atender a toda demanda necessárias ao ensino básico presencial.

CERTIFICAÇÃO/ EXAMES	Resultados Obtidos				Resultados Previstos			
	2013		2014		2015		2016	
	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais	Quantidade de Inscritos	Nº de Unidades Prisionais
ENEM	290	31	524	43	530	44	560	45
ENCCEJA	218	18	415	36	440	38	480	40
EXAME ESTADUAL (SUPLETIVO)	793	35	***	***	850	37	850	38

META V – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA

1. Resultados previstos

- 1.1. Quantidade de estabelecimentos penais com biblioteca ou espaços de leitura: 08 estabelecimentos com biblioteca e 12 estabelecimentos com salas de leitura.

1.2. Percentual de crescimento no número de estabelecimentos penais com bibliotecas e/ou espaços de leitura: 300% estabelecimentos com biblioteca e 500% estabelecimentos com salas de leitura.

2. Ações

Item	Unidade	Previsão de novos espaços (descrevê-los)	Previsão de aquisição de cadeiras, livros, materiais em geral (descrever)	Meta para 2015/2016
1	Unidade Prisional Flósculo da Nóbrega	Sim, novas salas de aula	* Aguardando chegada de carteiras, mesas e cadeiras para professores, armários e ventiladores. Esse material será disponibilizado pela secretaria da educação do estado. * Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
2	Unidade Prisional Geraldo Beltrão	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
3	Unidade Prisional Júlia Maranhão	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
4	Unidade Prisional Silvio Porto	Sim - Biblioteca	* Aquisição de obras literárias *Estantes para Biblioteca	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
5	Unidade Prisional Romeu Gonçalves de Abrante	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
6	Instituto de Psiquiatria Forense (IPF)	Não	***	***
7	Unidade Prisional Hitler Cantalice	Sim, construção de mais 02 salas de aula	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
8	Unidade Prisional Padrão de Santa Rita	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
9	Unidade Prisional Cadeia de Santa Rita	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
10	Unidade Prisional de Sapé	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura

Item	Unidade	Previsão de novos espaços (descrevê-los)	Previsão de aquisição de cadeiras, livros, materiais em geral (descrever)	Meta para 2015/2016
11	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	Sim - Biblioteca	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
12	Cadeia Pública Feminina de Cajazeiras	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
13	Cadeia Pública de São José de Piranhas	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
14	Cadeia Pública de São João do Rio do Peixe	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
15	Cadeia Pública de Uiraúna	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
16	Penitenciária Raimundo Asfora (Serrotão)	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
17	Penitenciária Padrão de Campina Grande	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
18	Penitenciária Feminina de Campina Grande	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
19	Penitenciária Vicente Claudino de Pontes (Guarabira)	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
20	Penitenciária João Bosco Carneiro (Guarabira)	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
21	Cadeia Pública de Alagoa Grande	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
22	Penitenciária Romero Nóbrega - Patos (Masculino)	Há previsão para a biblioteca e outra sala para o funcionamento da turma de alfabetização	Materiais didáticos (caderno, lápis grafite, caneta esferográfica e borracha) e obras literárias	Biblioteca, Sala de aula da alfabetização. E Implantação do projeto de remição pela leitura.
23	Presídio Regional Feminino e Casa de Albergue de Patos	Não	Materiais didáticos (caderno, lápis grafite, caneta esferográfica e borracha) e obras literárias	A implantação da biblioteca e do projeto de remição pela leitura.

Item	Unidade	Previsão de novos espaços (descrevê-los)	Previsão de aquisição de cadeiras, livros, materiais em geral (descrever)	Meta para 2015/2016
24	Cadeia Pública de Itabaiana	Sim - Sala de Aula em construção	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
25	Cadeia Pública de Pedras de Fogo	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
26	Cadeia Pública de Pilar	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
27	Cadeia Pública de Ingá	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
28	Cadeia Pública de Itaporanga	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
29	Cadeia Pública de Monteiro	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
30	Cadeia Pública de Serra Branca	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
31	Cadeia Pública de Sumé	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
32	Cadeia Pública de São João do Cariri	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
33	Presídio de Catolé do Rocha	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
34	Cadeia Pública de Princesa Isabel	Construção de sala de aula e biblioteca	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
35	Presídio Colônia Penal de Sousa	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura

Item	Unidade	Previsão de novos espaços (descrevê-los)	Previsão de aquisição de cadeiras, livros, materiais em geral (descrever)	Meta para 2015/2016
36	Cadeia Pública de Pombal	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
37	Cadeia Pública de Santa Luiza	Não	* Aquisição de obras literárias	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura
38	Cadeia Pública de Teixeira	Existe espaço, agora estamos aguardando a Secretária de Ressocialização reformar a mesma	Materiais didáticos (caderno, lápis grafite, caneta esferográfica e borracha) e aquisição de obras literárias	A reforma da sala de albergue para o uso da educação e implantação do projeto de remição pela leitura
39	Cadeia Pública de Malta	Não	foram adquiridas por esta administração 08 cadeiras escolares para uso dos recolhidos desta unidade prisional.	Implantação de Projeto de Remição de Pena pela Leitura

META VI – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO

1. Ações

Ação	Estabelecimento	Quantidade	Cronograma				
			2013	2014	2015	2016	2017
Formação de Professores	Previsto para todos os professores de todas as unidades prisionais (previsão de 37 unidades)		100	100	120	120	120
Implantação Polo digital para as Unidades Prisionais (EAD)					01	02	02
Recursos audiovisuais para a sala de aula das unidades prisionais.	TV, datashow, tripé panorâmico, estrutura de som.				03 kits	10 kits	
Dvds. educativos que tratem de temáticas de interesse do alunado.						50	100
Caixa de finanças destinada a eventos culturais e atividades artísticas dos reeducandos .	Coffe break; pincéis, tintas tecidos, resmas de papel ofício coloridas, tecidos, cola branca;				x	x	
Capacitação de servidores	Previsto para os Agentes Penitenciários, Gestores e Auxiliares.	120	x	x	100	100	120
Equipe multidisciplinar destinada ao Instituto Psiquiátrico Forense com metodologias voltadas para o alunado.					x	x	x
					x	x	x

Fardamento							
Jaleco para todos os professores					X	X	X
Merenda					X	X	X
Criação de diários e fichas específicas para as unidades prisionais.					X		
Implantação de Auxílio periculosidade para professores das unidades prisionais						X	
Implantação de Unidades Educacionais para os presídios						03	
Livro didático contendo métodos específicos dentro das diretrizes operacionais do Estado da Paraíba para o público alvo.					X	X	X
Unificação da grade curricular das Unidades Prisionais.					X	X	
Aumento da cota de extra para agentes para o atendimento educacional					X	X	
Distribuição de material Pedagógico	Distribuição realizada em 41 unidades prisionais em torno de 2003 kits (01 caderno brochura grande para cada componente curricular, 05 lápis,	X	X	X	X	X	X

	cinco canetas, 03 borrachas, 01 cola 01 coleção de lápis colorido, 01 necesser , 01 tesoura,01 pasta, 01 lapiseira) e livros didáticos.						
Distribuição de Livros Didático	Os Livros do PNLDEJA são distribuídos com base na matrícula do Censo		x	x	x	x	x
Aquisição de Folheto de literatura de cordel de artistas populares.						300	300
Elaboração e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico			x	x	x	x	
Definição de indicadores e processos de acompanhamento	Monitoramento e Avaliação da ação educacional nas unidades que estão desenvolvendo a ação. Formação dos docentes. Permanência dos educandos com frequência	x	x		x	x	



Aléssio Trindade de Barros

SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA



Wagner Paiva Gusmão Dorta

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DA PARAIBA

João Pessoa, 27 de Agosto de 2015.